

Ciência e Literatura na Revista Militar (1849-1910): Ciência, Cultura e Sociedade - discursos de saberes científicos.

Sargento-ajudante
José Luís Assis



Introdução

Na organização temática de um periódico como a *Revista Militar*, a divulgação de conhecimentos científicos e literários implicou uma sábia combinação entre os meandros da cultura científica e literária e o itinerário da difusão da cultura científica¹.

No suporte temporal que investigámos, a vertente científica e literária encontra-se associada a uma vertente de divulgação da Ciência.

O terreno comum a esta elite intelectual de cientistas militares deixou-se seduzir por um imaginário científico e literário do progresso civilizacional das viagens científicas que fazia a espaços além fronteira ou pelo próprio progresso da Ciência. A cultura científica e literária fazia parte de uma incomensurável árvore de conhecimentos que cresciam harmoniosamente².

Reflexo deste espírito científico foi, sem dúvida, a organização das temáticas a que tivemos de recorrer ou a estrutura interna do próprio periódico que nos permitiu visualizar a forma como, nessa produção de leitura, a vertente científica se encontrava dependente do alargado número de culturas.

Estas personalidades militares tinham interesses culturais ecléticos manifestados na imensa produção bibliográfica paralela ao desempenho das mais elevadas responsabilidades institucionais e militares.

O contacto com leituras provenientes da cultura científica europeia, particularmente francesa e inglesa, foi, de facto, um denominador comum do percurso científico e literário desta elite. As leituras e as traduções realizadas da imprensa científica especializada a que tinham acesso constituem um claro indicador das possibilidades de

seleccionar e organizar leituras para a sociedade portuguesa de oitocentos.

A *Revista Militar*, periódico de divulgação de conhecimentos técnicos, científicos e literários da Regeneração, apresenta-se numa situação de privilégio para que, a partir dela, mergulhemos nas teias da História da Cultura da cariz militar, enraizada na trilogia - Sociedade, Cultura e Ciência.

1. 1849-1861

A *Revista Militar* iniciou a sua publicação com a Introdução de um dos seus fundadores, o jovem Tenente de Engenharia, futuro General de Divisão, o maior estadista do Liberalismo português e um dos melhores primeiros ministros da História de Portugal **António Maria de Fontes Pereira de Mello**, na qual começa por referir “*que o seculo em que vivemos tende, sem dúvida, a consumir o grande pensamento humanitario, que tem por baze o predomínio da intelligencia sôbre a fôrça. Todos os homens pensadores, todos os corações generosos se congregam hoje para melhorar a sorte de seus irmãos na sociedade; é uma cruzada civilizadora, em que se alistam quantos querem sinceramente o bem do maior numero*”³. Depois destas palavras releva a importância do contributo das Ciências e das Artes no desenvolvimento das sociedades durante a primeira metade do século XIX e remete para um momento mais afastado aqueles que por ambições estéreis se envolveram nas mais sangrentas lutas. “*A indole do seculo está marcada nos quasi cincoenta annos, que já lá vão, e durante os quaes se tem devido mais ás sciencias e ás artes, do que em centenas de outros, consumidos, pela maior parte, na lucta sanguinolenta de ambições estereis. Os barcos a vapôr, os caminhos de ferro, e os telegraphos electricos, são tres grandes padrões, que uma mesma geração levantou para si, e com que honrou para sempre o seculo a que pertenceu*”⁴. A propósito das suas palavras, o *Farol* - periódico de instrução e recreio - publicava numa das suas páginas “*felizmente o jornal compreendeu a situação intelectual do país, e não veio com as pretensões estupidamente literárias de um ou dois jornais científicos, que ai grasnam, manchar a honrada família das publicações periódicas de Portugal. Notabilizou-a pelo contrario. Tem uma introdução escrita pelo Sr. Tenente Fontes, em que com a decencia própria do escritor militar, e com um estilo, por vezes terso e varonil se rebatem os orgulhos deslocados, e as exageradas pretensões dos homens-máquinas da classe militar*”⁵.

Fontes Pereira de Mello demonstra o contributo de cada uma das Ciências na eficácia das actividades do Exército e da Marinha e da importância dos Engenheiros Navais que, para exercer a sua especialidade, necessitavam do poderoso auxílio das Ciências Exactas. Os bons resultados obtidos pelas instituições militares não são apenas fruto da estratégia e da tática, mas também do contributo eficaz de todos os outros ramos da Ciência⁶.

As diversas Ciências não podem ser consideradas isoladamente porquanto todos os conhecimentos podem relacionar-se entre si, mostrando que a Ciência é uma só. Todavia, a inteligência humana tem necessidade de definir objectos de estudo mais restritos que a

possa abranger na sua totalidade⁷:

À imprensa periódica, a quem atribui enorme importância, cabe a missão de levar a todos a instrução de que carece toda a civilização, enriquecendo o público com as suas produções e criando o gosto pela leitura e pela escrita. Na imprensa, *“com as armas do raciocínio, no campo da imprensa livre, combatem-se antigos prejuízos, diffunde-se a instrução, deffinem-se os interesses legítimos, e trabalha-se com affan em todos os melhoramentos, que importam verdadeiramente ao bem-estar da especie humana. Quaesquer que sejam os devaneios que, no meio do excitamento das paixões, possam, porventura, apparecer perturbando este grande fim, nem por isso a sociedade tende menos ao seu aperfeiçoamento”*⁸. Cumpre ainda à Imprensa *“crear prosélytos n’esta seita propagadora da instrução, cumprir animar os tíbios, e convencer os incrédulos; cumprir, além d’isso, tornar a ignorancia menos crassa, diffundir as idéas geraes elementares pelas grandes massas, e proporcionar aos engenhos mais curtos as noções indispensaveis nos variados ramos ou profissões, em que a sociedade se divide”*⁹.

É com estas palavras que o autor justifica o aparecimento daquele periódico militar, cuja especificidade se centra nas actividades militares e na instrução adequada e geral de que o Exército tanto necessitava depois das violentas lutas travadas ao longo da primeira metade do século XIX.

Pela relação estreita que se estabelece entre os vários conhecimentos científicos e a Instituição Militar, a publicação periódica técnica, científica e literária ocupa um espaço importante pela sua função de acompanhar nesses domínios do saber e, simultaneamente, difundi-lo pela Instituição Militar e pelo País.

Embora se trate de uma publicação técnica, científica, literária e pedagógica, Fontes Pereira de Mello adoptou um discurso literário e filosófico recheado de recursos estilísticos, linguagem subtil e rebuscada, características da corrente romântica. O texto da introdução conduz-nos através de um pensamento científico e filosófico de grande expressividade como forma de enaltecimento das Ciências, das Artes e da Imprensa no progresso e desenvolvimento da Humanidade.

Dada a natureza do discurso utilizado, importa colocar a seguinte questão: quais os motivos que levaram Fontes Pereira de Mello a expressar-se daquela forma? A sua adopção está relacionada com o facto de pretender justificar a criação do periódico para uma das instituições de maior prestígio. Pretendia que a *Revista Militar* viesse a suprimir uma lacuna até então existente na Instituição Militar e na Sociedade Civil.

O texto inaugural do periódico tem um carácter programático: divulga as características, os princípios e os objectivos da publicação que se inicia e refere os argumentos que a justificam e os motivos que a impelem.

Após a introdução, e ao folhearmos as páginas do Tomo I da *Revista Militar*, encontramos as áreas temáticas que interessavam aos militares estudiosos e à sociedade civil. Constituem-no 67 artigos distribuídos de acordo com a seguinte tipologia: 7 «Técnicos e Científicos», 16 «Sociedade e Humanidades», 3 «Letras e Arte», 1 «Política e

Administração Pública» e 40 «Corpos, Batalhões e Repartições».

Entre os «Técnicos e Científicos» salientamos, no que refere à Geodesia, o estudo efectuado pelo Tenente-Coronel Baeyer em 1847 sobre *Base Geodesica - Medida nas Proximidades de Bonn*. Este trabalho revestia-se de grande importância do ponto de vista científico, já que permitia o levantamento topográfico mais rápido e perfeito dos territórios. Portugal, na altura, era dos poucos países da Europa que ainda não possuía este estudo, daí ter sido recomendado ao governo e às cortes porquanto permitiria acelerar o levantamento da carta topográfica do País¹⁰.

O artigo sobre Topografia - *Ensaio sobre a Theoria do Relevo dos Terrenos* - exprime a necessidade de descrever correcta e universalmente o relevo dos terrenos. A descrição verbal dos mesmos exigia uma linguagem técnica apropriada que era muito reduzida em Portugal. Na forma de representação dos terrenos por desenhos ocorriam muitos erros que eram originados pela extrema dependência entre o observador e o observado. Para evitar esses erros, os geógrafos fixaram uma terminologia referente a cada ideia de observação que depois seria aplicada aquando da sua representação¹¹.

Na temática «Sociedade e Humanidades», de entre outros, analisámos o artigo sobre Ensino - *Escolas Regimentais*¹² - cujo objectivo era instruir os militares portugueses e, conseqüentemente, elevar o nível de qualidade do serviço militar. Pretendia-se com este ensino que os militares aprendessem a ler, escrever, contar, conhecer elementos gerais de aritmética, sistema métrico, pesos e medidas legais, desenho linear, gramática de língua, moral e doutrina cristã. Nesta instrução primária foi adoptado o método de ensino mútuo, ou de *Lancaster*, metodologia de vanguarda na Europa, uma vez que era o mais económico e que permitia um só mestre e progressos com rapidez num período de tempo mais reduzido. Ainda no âmbito desta temática referimos o artigo sobre História de Portugal, *a Memoria sobre a Campanha de 1762 em Portugal*, pelo Marechal Conde de Schaumbourg-Lippe, na qual o seu autor começa por descrever a ocupação das localidades de Miranda, Bragança, Chaves e Torre de Moncorvo pelas forças inimigas espanholas na Primavera de 1762 e a sua retirada forçada pelas tropas portuguesas momentos depois da ocupação. Seguidamente descreve de forma pormenorizada toda a campanha militar fronteiriça das Beiras e do Alto e Baixo Alentejo¹³.

Nas «Letras e Arte», as resenhas bibliográficas regularmente publicadas nos primeiros fascículos funcionavam como um importante meio de divulgação de um grande número de publicações nacionais e estrangeiras. Na publicação dessa bibliografia encontramos obras que dizem respeito às mais diversas áreas científicas: Engenharia Civil, Engenharia Naval, Engenharia Militar, Memórias da *Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Viagens Científicas, História de Portugal e Universal e Política Nacional e Internacional¹⁴. Nesta temática, o artigo *Necrologia* referente ao Tenente-General **Bartholomeu da Costa** revela-nos o grande contributo que prestou ao bem público. Em relação a esse contributo, relevaríamos algumas das suas invenções: foi ele que inventou a maneira de fundir e alterou a liga de metal das bocas de fogo até então usada; mandou construir fornos próprios para as fundições que não existiam e fez reparações nas já existentes;

inventou uma máquina para tornear peças e outra para tornear os munhões, bastante avançadas em relação aos conhecimentos científicos e tecnológicos daquele tempo; realizou com sucesso a fundição da estátua de D. José I, fundida de um só jacto e com grande perfeição; inventou o cubículo ou cubímetro para medir com exactidão os moldes da estátua e criou uma máquina para retirá-la da cova onde foi fundida e transportá-la para cima de um carro¹⁵.

Na «Política e Administração Pública», considerámos a tradução do artigo da *United Service Gazette* pelo Coronel **Augusto Xavier Palmeirim** que se debruça sobre a problemática do emprego dos oficiais e soldados do Exército Prussiano em cargos civis a que o mesmo periódico deu grande importância, defendendo idêntico procedimento em Inglaterra. «Entendia» o periódico que prática tão liberal difundia o espírito militar por todo o país, o estudo da respectiva ciência tão necessária à instrução dos cidadãos bem como o desenvolvimento e progresso da nação inglesa¹⁶.

Na introdução ao Fascículo n.º 12, Tomo I consta uma reflexão ao primeiro ano de publicação, na qual a *Direcção* do jornal refere que procurou não sair dos limites impostos pelo estatuto da *Empreza da Revista Militar*, respeitando as diferentes conveniências sociais e militares de modo a não ofender justas susceptibilidades e a fortalecer os laços da disciplina no Exército.

A necessidade de publicar o avultado número de artigos dos seus colaboradores, bem como o desejo de criar o hábito de escrever entre os jovens oficiais, levou a que no primeiro ano de edição não se transcrevessem dos periódicos militares estrangeiros quaisquer artigos de interesse geral e da organização das instituições militares das principais nações europeias¹⁷.

As dificuldades para a *Revista Militar* nasceram logo no próprio dia da sua fundação. No Tomo I encontramos um eloquente período que revela precisamente essa situação: “a única utilidade (...) que a *Empreza da Revista* tira da publicação deste periodico, é a satisfação de ver preenchida uma lacuna que nos deslustrava, a de não haver em Portugal um jornal militar; mas é justo que se saiba que esta utilidade está sendo obtida à custa de bem penosos sacrificios, não só pecuniários, porque todos os sócios da empreza se acham no desembolso de quantias que não teem esperança de receber, mas sobré tudo de tempo porque os oficiais que teem formado a direcção que hoje acaba e os que vão constituir a do ano de 1850, estão muitíssimo pensionados com as obrigações diárias dos respectivos serviços nas repartições e corpos a que pertencem; (...)”¹⁸, o que vem ao encontro da análise material e das deambulações que se efectuaram para as tipografias.

A *Revista Militar* regista, no seu segundo ano de edição, 45 artigos distribuídos pelas seguintes tipologias: 6 «Técnicos e Científicos», 7 «Sociedade e Humanidades», 7 «Letras e Arte», 5 «Política e Administração Pública» e 20 «Corpos, Batalhões e Repartições». Neste Tomo II ocorreu uma diminuição do número de artigos publicados nas temáticas «Técnicos e Científicos», «Sociedade e Humanidades» e «Corpos, Batalhões e Repartições», ao contrário das temáticas de «Letras e Arte» e «Política e Administração

Pública» que registaram um aumento no seu número.

À semelhança do seu primeiro ano de edição, a *Revista Militar*, iniciou o Tomo II com uma introdução no qual a *Direcção da Empresa da Revista Militar* começou por referir a lacuna de não existir, na imprensa portuguesa, um periódico técnico, científico e literário dirigido ao estudo e ilustração da classe militar, pois aos militares não se requeria apenas a bravura no campo de batalha, mas antes era indispensável o estudo e o saber em situações que exigiam algo mais do que o simples automatismo¹⁹. A *Direcção* finaliza a sua introdução solicitando ajuda para que a *Revista Militar* possa tornar-se uma publicação indispensável no desenvolvimento técnico e científico da Instituição Militar e da Nação.

Debruçando-nos sobre a análise temática relativa ao Tomo II, começamos por referir alguns artigos no domínio da técnica e da ciência e que permitem estabelecer ligação entre a Instituição Militar e a Sociedade Civil. Entre outros, destacamos o artigo sobre *Hydrographia* no qual se relatam todos os trabalhos necessários ao conhecimento do plano hidrográfico da Barra do Tejo e porto de Lisboa, executados pela primeira vez pelos primeiros-tenentes da Armada Francisco Maria Pereira da Silva²⁰ e Caetano Maria Batalha²¹, obedecendo aos mais modernos métodos científicos e que podemos colocar ao nível dos melhores planos hidrográficos executados em Inglaterra, França e Espanha²².

O estudo *Considerações sobre a Ophthalmia, que tem Grassado em Differentes Corpos do nosso Exercito* refere diversas considerações sobre a oftalmia que se alastrava de forma epidémica no *Regimento de Granadeiros da Rainha* e por algumas praças de outros corpos da guarnição de Lisboa e mesmo fora dela. Esta doença tomou tais proporções que levaram o cirurgião António Gomes do Valle²³, facultativo militar, a proceder à sua observação por forma a detectar as causas que estiveram na sua evolução e propagação. Procedeu, ainda, à avaliação dos sintomas, do grau de intensidade e manifestação esporádica ou epidémica, carácter leve ou grave, comparando-a com estudos sobre outras *ophthalmias* que tinham grassado endémica e epidemicamente por outros países Europeus como a França, Alemanha e Bélgica²⁴.

Na temática «Sociedade e Humanidades», o artigo sobre História de Portugal, *Apontamentos para a História e Descrição das Fortalezas que Defendem a cidade de S. Paulo da Assumpção de Loanda. - Escripito em 1846*. Começa por nos falar dos contactos dos enviados pelo Rei do Congo a Portugal a fim de estabelecerem comércio e amizade com o monarca português e das diligências levadas a efeito pela Rainha D. Catarina, Regente do Reino, e depois por D. Sebastião no sentido de estabelecer esses contactos. O artigo revela-nos ainda as memórias das fortalezas de São Miguel, São Francisco do Penedo e Forte de São Pedro pelo papel desempenhado na defesa, povoamento e desenvolvimento da cidade de São Paulo de Assumpção²⁵.

Nas «Letras e Arte», as resenhas bibliográficas publicam os títulos de algumas obras recentes nacionais e estrangeiras dignas de referência pela sua natureza literária e valor técnico e científico e a necrologia de Gregorio Nasiazeno do Rego²⁶.

Ainda dentro desta temática, são de grande cuidado literário os dois poemas *Três dias depois de um Combate* 27. No que concerne ao primeiro poema, o poeta promete não deixar esquecer aqueles que morrem nas batalhas. O seu valor literário reside nos recursos estilísticos de que o poeta faz uso para engrandecer o sentimento que deveria ser de todos nós. Inverte a ordem sintáctica da frase, usa metáforas, personificações, comparações e imagens. O segundo poema demonstra o esquecimento votado aos que heroicamente caem em combate. Em termos estilísticos recorre-se a figuras em muito semelhantes ao anterior. Igualmente digno de destaque é a expressão de sentimentos em versos soltos à morte do Brigadeiro Barão de Almofalla²⁸, António José da Silva Leão, nos quais se enaltece a sua dedicação ao desenvolvimento e progresso do País.

Na «Política e Administração Pública», pela sua sugestão, salientamos os artigos: *Serão os Exercitos Permanentes Incompatíveis com a Liberdade Civil e Política?* e *o Ultra Liberalismo, os Exercitos e a Sociedade*, ambas traduções da *La Revista Militar Espanhola*²⁹. O primeiro artigo mostra-nos através de diversos exemplos que o Exército deverá ser uma força que, para defender os interesses da maioria e as condições de vida que distinguem civilização de tribo e a própria existência do povo, não poderá ter uma vontade civil mas deverá estar, antes, sujeito a uma obediência voluntária que emane de uma autoridade legítima. Se no exército cada elemento pudesse exprimir a sua independência e vontade própria para actuar em certas circunstâncias, não seria possível assistir à defesa da existência de um povo. É desse equilíbrio entre direitos e deveres que surgirá o sucesso do homem como ser social, civilizado e a harmonia na sociedade³⁰.

O segundo artigo, *Ultra Liberalismo, os Exercitos e a Sociedade*, destaca o papel do Exército francês na reposição da ordem nos terríveis momentos que Paris viveu em 24 de Junho de 1848. Releva a sua importância na salvação dos valores da ordem, da lei, da propriedade e da civilização - a causa da razão e da justiça³¹.

O periódico iniciou o Tomo XIII com o artigo *Portugal e o Século Presente*, no qual o seu autor o Major **Luiz Augusto Pimentel** relaciona, de forma patriótica, a localização Geográfica de Portugal com os feitos inigualáveis praticados pelos portugueses ao longo da sua História e que assombraram o mundo³², num claro assumo de nacionalismo patriótico.

No que diz respeito às tipologias, começamos por referir os «Técnicos e Científicos», nos quais relevamos, pelos seus verdadeiros princípios da Ciência e da economia rural, o artigo *Opinião sobre a Organização d'uma grande Caudalaria nas Lezírias do Ribatejo*. No artigo são considerados aspectos relacionados com o desenvolvimento agrícola e comercial, a complexa questão da reprodução, a especial atenção que a companhia deve dar a todas as condições fisiológicas dos animais, fazendo uma escolha rigorosa dos mesmos, os cuidados a ter com a procriação, a alimentação e sistemas de criação e educação dos solípedes³³.

Na tipologia «Sociedade e Humanidades», entre outros, o artigo sobre História Universal, *Novas do Mundo*, no qual o autor faz uma breve referência à situação geográfica e política da Polónia, nomeadamente, à opressão em que vivia e às lutas travadas em

silêncio pelo seu povo. Ocupa-se depois da guerra civil de Nápoles e da violência por ela originada, estabelecendo uma comparação entre esses momentos e os tempos do Império Romano. Por último, o autor debruça-se sobre a situação americana descrevendo vários momentos da guerra civil³⁴.

O artigo, História de Portugal, *Um Brado a Favor da Patria*, tem para nós particular importância na medida em que o autor se refere ao momento em que alguém admitia o desaparecimento das monarquias Espanhola e Portuguesa, tornando-se os seus habitantes apenas ibéricos. Revela os benefícios que a Espanha retiraria dessa união e os prejuízos que daí adviriam para o Povo Português. Faz um apelo ao sentimento patriótico do povo luso, avivando as memórias dos momentos mais difíceis para manter a independência de Portugal, respeitando a memória de quantos por ele deram a vida. É de salientar que em vários momentos do artigo se fazem referências à utilização do jornalismo pela Espanha na tentativa de manipulação da opinião pública³⁵.

Na tipologia «Letras e Arte», a necrologia do General D. Carlos de Mascarenhas³⁶ irmão do Marquês de Fronteira D. Fernando e bisavô do actual Marquês de Fronteira elabora um estudo pormenorizado da sua ascendência até à nona geração paterna e até à terceira geração materna e dos seus contributos nas muitas lutas em que participou em prol da liberdade do País.

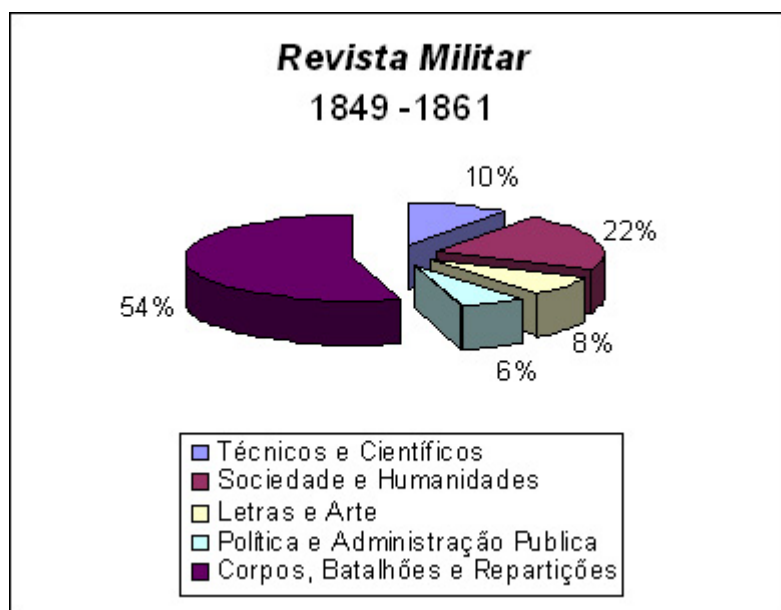
Nos artigos de domínio «Política e Administração Pública», e à semelhança da análise ao Tomo II, o artigo *O Exército e a Liberdade* expõe a problemática sobre a incompatibilidade, ou não, dos exércitos com a Liberdade, que tanto parece ter apaixonado alguns homens de então que aproveitaram a *Revista Militar* para fazer eco dos seus ideais políticos. O autor começa por referir que a nenhum homem deixará o coração de palpitar ao mais leve impulso de liberdade. Nenhum homem de boa formação defende hoje ideais que não sejam dirigidos à liberdade de pensamento e à espontaneidade de acção³⁷. Continua referindo que a árvore da Liberdade plantada em Portugal pelos exímios heróis e o derramamento de sangue dos seus mártires não tem frutificado³⁸. O nosso Exército, que outrora bem armado era considerado forte, temeroso e valoroso, encontra-se actualmente em descrédito e a perder a sua força em homens e armas e, sobretudo, não lhe é reconhecida a consideração que merece³⁹.

A *Revista Militar*, entre os anos de 1849 e 1857, publicou 12 fascículos anualmente e ao longo deste período puderam ler-se 58 artigos «Técnicos e Científicos», 92 sobre «Sociedade e Humanidades», 29 no âmbito das «Letras e Arte», 19 na «Política e Administração Pública» e, finalmente, 222 sobre «Corpos, Batalhões e Repartições».

Analisando o quadro anexo que nos mostra o número de artigos distribuídos pelas diferentes áreas temáticas, podemos verificar que, ao mesmo tempo que ocorre uma mudança de periodicidade, ou seja, de mensal para quinzenal, também o número de artigos das diferentes áreas aumentam sensivelmente para o dobro. Os artigos «Técnicos e Científicos» sofrem um decréscimo passando de 6 em média por ano para 4. Há um acréscimo na média de artigos no âmbito das «Letras e Arte» e nos artigos de «Política e Administração Pública» passando de 2 para 8. «Sociedade e Humanidades» e «Corpos,

Batalhões e Repartições» vêm o seu número duplicado. Na totalidade de artigos das diferentes áreas temáticas, foram publicados 77 artigos «Técnicos e Científicos», 176 «Sociedade e Humanidades», 60 «Letras e Arte», 51 «Política e Administração Pública» e 436 «Corpos, Batalhões e Repartições», o que corresponde a 800 artigos na sua totalidade.

GRÁFICO 1



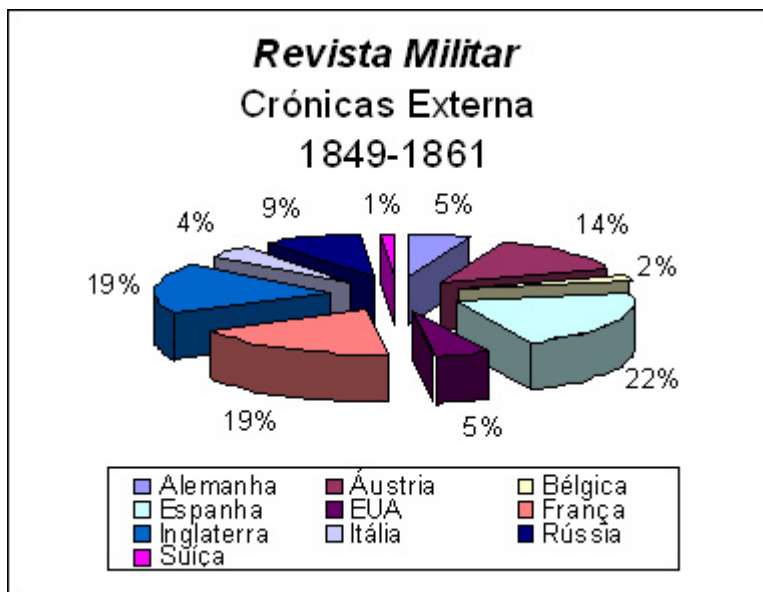
Fonte: A. H. M. Registo estatístico do número de artigos publicados nos Tomos I a XII de 15 de Janeiro de 1849 a 31 de Dezembro de 1861.

O Gráfico n.º 1 mostra-nos que 54% dos artigos são referentes a «Corpos, Batalhões e Repartições», 22% situam-se na «Sociedade e Humanidades»; 10% dos artigos nos «Técnicos e Científicos» e, por fim, temos «Letras e Arte» com 8% e «Política e Administração Pública» com 6%.

Quanto à rede de comunicabilidade, desde o início da sua publicação que a *Revista Militar* inclui nas suas páginas crónicas de publicações estrangeiras⁴⁰. No primeiro ano de edição, destaca-se a Espanha com 12 crónicas publicadas, seguida da França com 6, a Alemanha e Áustria com 3, Rússia com 2 e Inglaterra com 1.

Nos anos que se seguiram, juntaram-se a estes países a Bélgica, os Estados Unidos a Itália e a Suíça. O maior número de crónicas publicadas é proveniente da Espanha, França e Inglaterra com um número superior a 50. Igualmente numerosa foi a colaboração da Áustria e da Rússia com 41 e 26 crónicas respectivamente. Mais fraca foi a participação da Alemanha com 16 crónicas e os Estados Unidos com 14 e a Itália com 12. Quase nula foi a colaboração da Bélgica e da Suíça com 5 e 3 crónicas respectivamente.

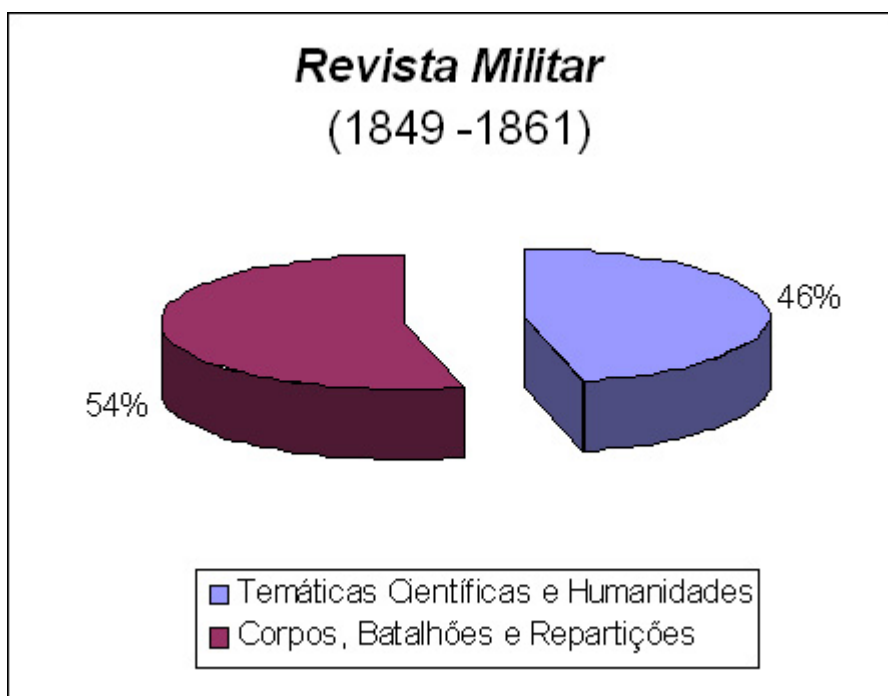
GRÁFICO Nº 2



Fonte: A. H. M. Registo estatístico das Crônicas Externas publicadas nos Tomos I a XIII de 15 de Janeiro de 1849 a 31 de Dezembro de 1861.

Em termos de percentagem, o Gráfico n.º 2 mostra a Espanha com 22%, a França e a Inglaterra com 19% e a Áustria com 14%. Os restantes países têm uma colaboração compreendida entre 1% e 9%.

GRÁFICO Nº 3



Fonte: A. H. M. Registo estatístico comparativo entre as Temáticas Científicas e de Humanidades com as temáticas estritamente militares, «Corpos Batalhões e Repartições» publicados nos Tomos I a XIII da *Revista Militar* entre 15 de Janeiro de 1849 e 31 de Dezembro de 1861.

O Gráfico n.º 3 regista 54% de artigos relacionados com as temáticas militares, (Corpos, Batalhões e Repartições) enquanto que 46% referem-se às Temáticas Científicas e de Humanidade. Há um predomínio claro dos artigos de cariz militar em relação aos artigos de conteúdo que servem à instituição militar e à sociedade civil.

Terminado o ano de 1861, encerra-se o 1º Período da 1ª Etapa de publicação do periódico *A Revista Militar*. Com um novo estatuto publicado no dia 1 de Janeiro de 1862, dá-se início ao 2º Período da 1ª Etapa que decorrerá até 31 de Dezembro de 1904, ano anterior à fusão dos outros periódicos militares na *Revista Militar* e a que nos iremos debruçar no momento seguinte.

2. 1862-1904

No que se refere à 1ª Etapa, 2º Período, nos anos entre 1862 e 1904, a periodicidade foi sempre quinzenal e notamos uma evolução na tipologia dos artigos publicados.

A *Revista Militar* compreende no Tomo XIV, 81 artigos distribuídos pelas seguintes tipologias: 10 «Técnicos e Científicos», 16 «Sociedade e Humanidades», 6 «Letras e Arte», 5 «Política e Administração Pública» e 44 «Corpos, Batalhões e Repartições». Representa este tomo o primeiro integrado no novo estatuto. Tem início com um artigo no qual se reflecte sobre a verdadeira razão da existência do homem e se faz uma retrospectiva do passado brioso do povo português. A *Revista Militar* faz uma referência à Instituição Militar que sempre a apoiou até esse momento e que se prepara para continuar no seu propósito.

Nos artigos «Técnico e Científicos» relevamos o resumo do trabalho publicado pelo periódico científico italiano *O Politecnico* e traduzido pelo General de Brigada **Carlos Barcellos Machado**, no qual é divulgado o estudo sobre o sistema de franquear as montanhas através do caminho-de-ferro utilizando o ar comprimido, do que em Física se chama a *máquina de Altwood* dado o seu elevado interesse para os engenheiros portugueses no lançamento dos caminhos-de-ferro em Portugal⁴¹.

O artigo *Noticias sobre os Trabalhos Geodesicos do Reino* levado a efeito pelo Doutor Francisco António Ciera⁴² e pelos engenheiros militares Carlos Frederico de Caula⁴³ e Pedro Folque⁴⁴ trouxe importante contributo ao conhecimento topográfico e progresso do País em termos económicos, sociais, culturais e administrativos. Os seus trabalhos foram de facto notáveis, nomeadamente, a *Carta Chorográfica do País* que pelo seu rigor científico e perfeição de levantamento mereceu por parte da comunidade científica

nacional e dos países estrangeiros os mais distintos elogios⁴⁵.

O artigo *Campo de Instrução em Vendas Novas - informação a respeito da hygiene do Campo das Vendas Novas* avalia as condições higiénicas em 1857 a partir de informações obtidas pela opinião técnica de facultativos médicos locais e militares, nomeadamente, do cirurgião médico de brigada João Pires da Matta Pacheco⁴⁶, opinião essa baseada na ciência médica, na observação de todas as circunstâncias locais e em dados estatísticos obtidos e comparados com outras localidades já estudadas. Este trabalho incidiu sobre condições climáticas, condições de salubridade da povoação, pureza das águas e dos alimentos, luz e ventilação das casas, facilidades de comunicações e proximidade da capital. Foi ainda dada atenção à rizicultura, estabelecendo o estudo, como condição indispensável, a proibição da respectiva cultura a uma distância mínima de 3 a 4 quilómetros, tendo em vista evitar as epidemias transmitidas pelas intermitentes, o que revela uma preocupação da instituição militar pelas questões de saúde pública.

Em 1862, enquanto decorria a implantação da linha de caminho de ferro do Alentejo, (Barreiro, Évora e Beja) que empregava na sua construção entre 1 500 a 2 000 homens,⁴⁷ foi essa população acometida da mórbida epidemia provocada pelo fenómeno da frequência das intermitentes. Em 25 de Junho de 1862, foi dada ordem ao Cirurgião Inspector de Brigada **António José Monteiro Seixas**⁴⁸ para efectuar o conveniente estudo médico da situação e depois informar as respectivas autoridades da possibilidade ou não da localização do polígono no Campo das Vendas Novas⁴⁹.

O artigo sobre higiene veterinária também nos mereceu especial atenção, pela sua utilidade quer para a instituição militar, quer ainda para o desenvolvimento da economia rural do país, na medida em que são feitas algumas reflexões sobre várias doenças⁵⁰ provocadas pelo abuso de alguns dos princípios alimentares dos solípedes. Chama à atenção para a importância das sangrias, mas que para a sua correcta aplicação devem os técnicos ter um perfeito conhecimento da sintomatologia que levam à sua execução nos solípedes.

Na tipologia por nós designada «Sociedade e Humanidades», ao debruçarmo-nos sobre a História de Portugal, nomeadamente sobre a memória, *Apontamentos para a História da Guerra Peninsular*, destacamos a descrição pormenorizada da situação em que se encontravam as defesas das linhas de fronteira de Elvas, Campo Maior e Arronches. Neste artigo, encontramos excertos das descrições dos diários das operações das divisões militares do Exército Aliado em Espanha. Estas descrições contêm diversas informações militares: composição das forças, comandos e divisões de cada uma das unidades que as constituíam. Descrevem, em pormenor, o avanço quotidiano e o evoluir das operações (descrição de tomadas de praças militares), com referências a topónimos (portugueses e espanhóis), localização e deslocação das forças aliadas e inimigas, descrição dos recontros nos diversos topónimos e ocorrência das baixas sofridas e causadas por ambas as forças envolvidas no conflito⁵¹. Sem pretendermos aprofundar mais estes acontecimentos, porque não é essa a problemática deste estudo, pensamos, no entanto, não deixar de referir a obra do Professor António Pedro Vicente que consideramos fundamental pelo seu valor científico e erudição para o conhecimento desta época da

História de Portugal e das suas conexões europeias, em especial com a França da Revolução Francesa e das posteriores etapas que culminaram na “tempestade napoleónica” e suas consequências na Península Ibérica. Uma análise que está ainda bem longe de terminada, mas que nos permite fazer uma avaliação da importância do acervo documental respeitante ao período da nossa história em que Portugal registou a presença das forças napoleónicas⁵².

Voltando à *Revista Militar*, o artigo *Considerações Historicadas sobre a Utilidade das Praças de Guerra e sua Aplicação às Defesas de Lisboa* reveste-se de particular importância porquanto demonstra que muitas cidades sitiadas não foram cidades conquistadas. O autor, Coronel de Engenharia e futuro General de Divisão **António de Mello Breyner** tendo por base este princípio, defende que Lisboa deveria ser fortificada convenientemente, pois apesar de ter à sua volta diversos pontos que poderiam retardar o avanço de forças invasoras, encontra-se demasiado exposta por mar e por terra e refere os pontos de melhor acesso e desembarque de grandes esquadras⁵³.

A Questão Ibérica, embora tratada logo na primeira etapa através dos artigos de Joaquim Augusto Quintino de Sá Camello, volta, na agitada década de 1864 a 1873, a assumir importância nas páginas da *Revista Militar*. Os artigos dos seus colaboradores **António Florêncio de Sousa Pinto**, **António Mello Breyner** e **António Marinho de Sousa e Barros** esclareciam o Exército, a Armada e os espíritos cultos da Nação que a liam realçando-lhes as desvantagens que para Portugal adviriam e os benefícios para Espanha se, porventura, essa união viesse a concretizar-se⁵⁴. Ainda neste contexto, em 1873, alertam para o perigo se Portugal incorresse nessa fatalidade⁵⁵.

Pela importância que tiveram no combate de ideias da “*Geração de 70*”, as Conferências do Casino propunham chamar à atenção de intelectuais das mais diversas áreas: escritores, políticos, pedagogos, militares, e demais elites para a denúncia da letargia em que Portugal vivia em relação à Europa e que tanto condicionava a vida pública portuguesa. Pela pertinência dessas novas ideias, a *Revista Militar* acompanhou atentamente esses movimentos e combates ideológicos através da publicação de diversos artigos de alguns dos seus mais distintos colaboradores⁵⁶.

A questão problemática como a pena de morte, tão discutida na imprensa periódica de então e nas Câmaras dos Deputados e dos Pares, também mereceu a atenção da *Revista Militar* através de um estudo levado a efeito pelo Conde do Bonfim em 1876, no qual aponta as razões pelas quais a supressão da pena de morte seria maléfica para a sociedade, “*pois de qualquer assassinio se seguem muitas vezes reciprocas vinganças dos parentes e amigos das victimas e dos matadores; e sobre tudo no exercito, perigaria forçosamente a disciplina, se por um mal entendido sentimento humanitario, esta pena continuasse a não ser executada; e os grandes attentados se cometessem sem risco de vida perante a lei*”⁵⁷. Adianta que além de amplamente discutida nos parlamentos, também foi combatida por grandes personalidades como Beccaria, Bentham, Filangieri, Rossi, Guisot, Le Blanc entre outros em nome da humanidade e filantropia. Todavia, ela continua a existir nos Códigos Civis das nações mais ilustradas: Inglaterra, França,

Alemanha, Estados Unidos da América e códigos militares de quase todo o mundo, embora a discussão continuasse em aberto.

São dadas algumas justificações para a sua existência: uma prende-se com o desconhecimento da utilidade da abolição e outra com o desconhecimento de outra punição grave para os atentados contra a vida dos cidadãos e segurança do Estado. O argumento de que a vida só deve ser retirada por Deus não convence o autor do artigo, pois na Sagrada Escritura se prevê a punição de morte dos grandes crimes e o julgamento das más acções. Olhando para o passado, encontra-se a pena de morte nas leis de Atenas, da Grécia, e de Roma, na República de Veneza e na 1ª República Francesa e, actualmente, nas Repúblicas Espanholas da América e até a tenacidade das ideias democráticas se referem à pena de morte tal como Robespierre *refere* “*A arvore da liberdade precisa ser regada com sangue!*”⁵⁸.

Argumenta que todos aqueles que defendem os ideais de fraternidade e igualdade não queriam ser iguais aos que renegam os laços da sociedade e se tornam verdadeiros monstros. Segundo ele, não temos o direito de fazer vingança pelas nossas próprias mãos, pelo que é necessário decretar a pena de morte para assassinos depois de julgados judicialmente e para conter os exércitos cujos elementos incorrem em grandes traições e crimes horrendos. “ (...) *não basta que continue a ser lei do paiz; e se ha desejo de manter a disciplina e de reprimir os attentados, é necessario que esta pena se execute n’esses malvados assassinos, ultimamente condemnados; e que erradamente ainda inspiram sentimentos humanitarios, a muita gente, que devera antes inspirara-se de horror em vista dos cadaveres das innocentes victimas que traiçoeiramente sacrificaram! É necessario um exemplo para que os malvados se convençam de que essa lei não é letra morta, e reconheçam que não se póde continuar a matar sem risco da propria vida! É necessario um exemplo, ou então resignar-se o paiz, a ver repetir a miudo os mais revoltantes crimes; a não ter exercito nem disciplina, e receiar que se torne a força armada um ninho de assassinos*”⁵⁹. É baseado nas razões apresentadas que fundamenta e apela à aplicação da pena de morte como forma a evitar que se cometam tais crimes contra a humanidade, posição que não vigorou no Parlamento.

Em 1880 a *Revista Militar*, através de um apontamento do primeiro Presidente da Revista Militar a partir da segunda época, o General de Divisão **José Estêvão de Moraes Sarmiento** faz alusão ao discurso⁶⁰ proferido por A. M. de Campos Junior⁶¹ no sarau em que o Grémio de Leiria solenizou o Tricentenário da Morte de Camões. Começa por referir que o discurso foi precedido de uma erudita e eloquente introdução, passando depois a debruçar-se sobre a publicação *Luiz de Camões. Sonetos*⁶² no sentido em que releva a homenagem patriótica prestada pelos nossos irmãos das Terras de Santa Cruz que aí exaltam e enobrecem tudo o que é grandioso e provém da Mãe Pátria⁶³.

A *Revista Militar* acompanhou o desenvolvimento dos acontecimentos coloniais que desde 1822 se vinham a desenrolar e que culminaram no período entre 1872 e 1890. Estes acentuando-se nas conferências de Bruxelas - realizadas em 1876 por iniciativa do Rei Leopoldo II da Bélgica onde Portugal não foi convidado a participar apesar de aí se debaterem diversas questões relativas a África (exploração científica, lançamento de vias

de comunicação, termo da escravatura e perda dos interesses políticos das nações) - e de Berlim - solicitada por Portugal para resolver a questão do domínio da foz do Congo. Dessa conferência ressalta o entendimento entre as potências europeias, França Alemanha, Inglaterra e Bélgica sobre a partilha do Continente Africano e o estabelecimento de novas regras para a corrida a África⁶⁴. As medidas aí tomadas vão constituir uma ameaça ao domínio colonial português e a *Revista Militar* juntamente com a *Sociedade de Geografia de Lisboa* começam a debater com frequência esta questão tendo em vista o esclarecimento e mobilização das forças políticas e da opinião pública por forma a manter viva a corrente nacionalista colonialistas⁶⁵. Passados esses momentos difíceis e depois da fusão dos outros periódicos na *Revista Militar* os artigos relacionados com os domínios ultramarinos, continuaram a ser tratados com grande interesse e elevação nas páginas do periódico.

A *Revista Militar* compreende no Tomo LVI, 50 artigos distribuídos da seguinte forma: 4 «Técnicos e Científicos», 14 «Sociedade e Humanidades», 13 «Letras e Arte», 8 «Política e Administração Pública» e 11 «Corpos Batalhões e Repartições». Nos «Técnicos e Científicos» relevamos o artigo sobre *O Novo arreio m/1903*, em que são apresentados à consideração dos oficiais de Cavalaria algumas apreciações a respeito do referido arreio que se encontrava em experiência em alguns regimentos da Arma de Cavalaria. O estudo faz uma evolução histórica, técnica, fisiológica e anatómica, descrevendo a cabeçada e o freio desde a sua primitiva simplicidade, seguindo depois momento a momento a evolução científica até ao *freio de bocado articulado*⁶⁶.

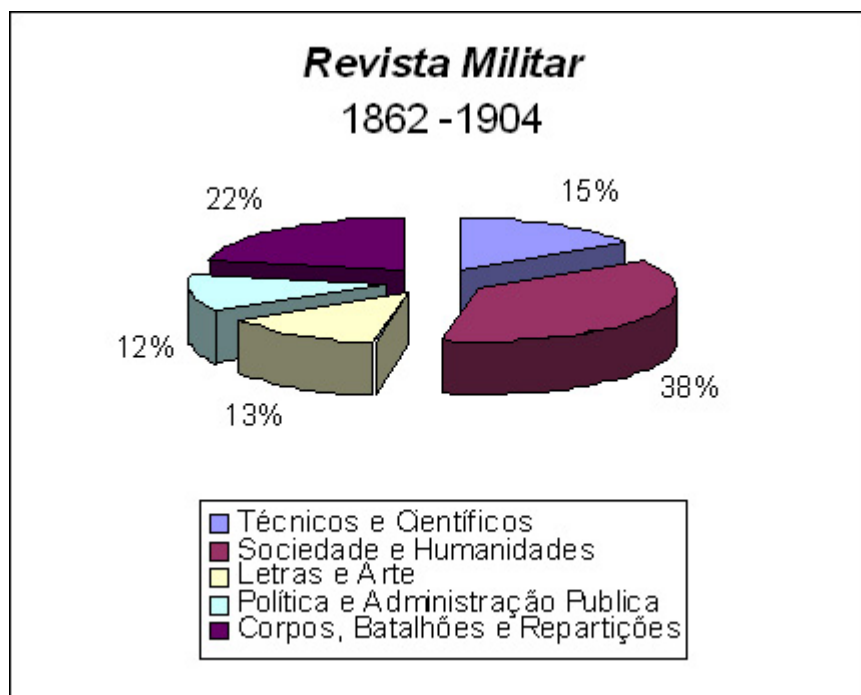
Nas «Letras e Arte», destacamos as referências bibliográficas sobre a importância de algumas publicações de carácter técnico e científico militar e civil e as necrologias. Entre as primeiras podemos comentar as *Linguas Vivas na Instrução Secundária* e *Algumas Palavras sobre o Ensino do Latim entre Nós*. Entre as segundas ressaltamos a necrologia de Fernando da Costa Maya⁶⁷.

Na temática «Política e Administração Pública» relevamos o artigo *Nuvens no Horizonte* de José Estevão de Moraes Sarmento, no qual faz uma referência à situação da crise política internacional que a Europa então vivia com a entrada do novo ano. A discórdia travada entre a Rússia e o Japão no ano anterior acentuava-se de forma ameaçadora no início do novo ano. Por todo o mundo esta controvérsia era seguida com grande interesse e preocupação, enquanto em Portugal esses acontecimentos eram seguidos com absoluta indiferença e ninguém se preocupava com as eventualidades que daí poderiam advir para o nosso país. Era natural que não tivéssemos interesses a defender no Oriente, mas fazendo uma análise mais reflectida dos acontecimentos, a situação poderia tornar-se bastante desagradável e muito perigosa com a eclosão da guerra⁶⁸.

Nos últimos três anos deste período, ocorreram grandes alterações no número de artigos publicados por área temática. A média de artigos «Técnicos e Científicos» diminuiu para 4 por ano, enquanto que nas duas décadas anteriores, ou seja, de 1882-1891 e 1892-1901 fôra de 9 e 7. Verificamos a mesma tendência nos artigos sobre «Sociedade e Humanidades» que diminuíram de 19 para 15 nas duas últimas e, ainda, «Corpos Batalhões e Repartições» que também diminui de 34 para 26 e depois para 22. Na

totalidade foram publicados nas diferentes áreas temáticas durante este período 306 artigos «Técnico e Científicos», 739 «Sociedade e Humanidades», 265 «Letras e Arte», 230 «Política e Administração Pública» e 1315 nos «Corpos, Batalhões e Repartições», o que corresponde a 2855 artigos.

GRÁFICO Nº 4

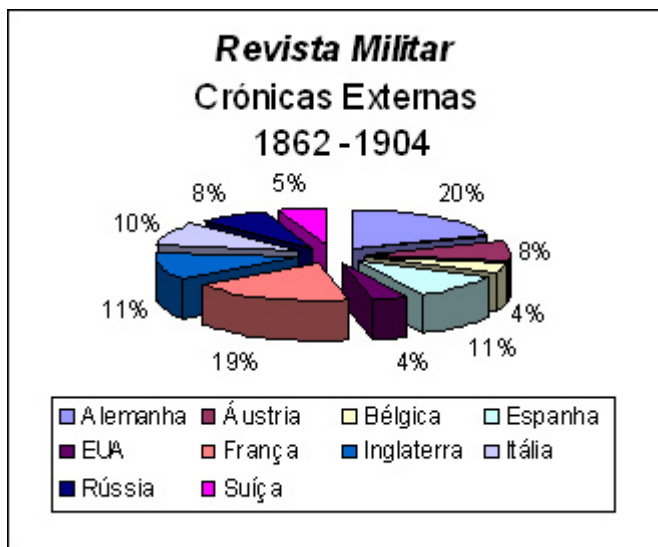


Fonte: A. H. M. Registo estatístico do número de artigos publicados nos Tomos XIV a LVI de 15 de Janeiro de 1862 a 31 de Dezembro de 1904.

O gráfico 4 mostra que, em termos percentuais, 12% dos artigos foram publicados na área temática de «Política e Administração Pública», 13% nas «Letras e Arte», 15% «Técnicos e Científicos», 22% «Sociedade e Humanidades» e, por fim, 38% nos «Corpos, Batalhões e Repartições». Destes dados, e à semelhança do período anterior, podemos observar que em termos individuais a maior percentagem de artigos publicados se relaciona com a temática «Corpos, Batalhões e Repartições», artigos cujo interesse é exclusivo da Instituição Militar.

O periódico continuou a edição de crónicas externas entre 1862 e 1904, nas quais se destaca a Alemanha e a França com 344 e 325 crónicas, seguindo-se-lhe a Inglaterra com 200, a Espanha com 188 e a Itália com 175 e ainda a Rússia com 144 e a Áustria com 140, mais fraca foi a participação da Suíça com 90 a Bélgica com 74 e os Estados Unidos com 70.

GRÁFICO Nº 5

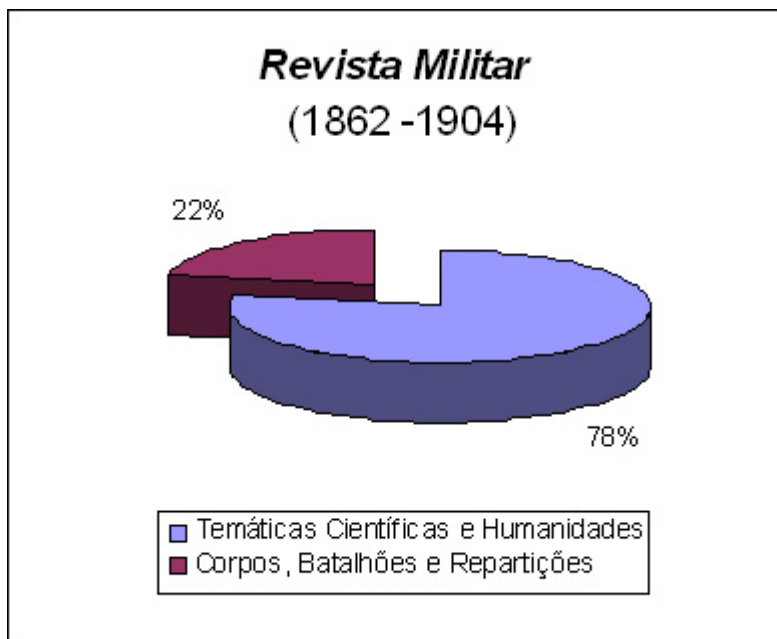


Fonte: A. H. M. Registo estatístico das Crónicas Externas publicadas nos Tomos XIV a LVI de 15 de Janeiro de 1862 a 31 de Dezembro de 1904.

De acordo com o que regista o Gráfico n.º 5, em termos percentuais, destacam-se a Alemanha com 20% e a França com 19% respectivamente. A representação menos relevante foi a dos Estados Unidos com apenas 4%.

Iniciado o ano de 1862, e ultrapassados os momentos de dificuldade económica que teve de enfrentar, contou com o apoio dos numerosos assinantes individuais: o Monarca, o Príncipe e os Infantes, os Marechais do Exército, os Generais, os Brigadeiros e o número elevado de oficiais. Entre eles os comandantes das divisões do continente e ilhas, de todas as unidades das diferentes Armas e Serviços do Exército, dos estabelecimentos fabris e das várias comissões permanentes das instituições de ensino. Mercê, ainda, do crédito conseguido pelo seu elevado e honesto labor, pela sua acção pedagógica e pela variedade dos assuntos a *Revista Militar* afirmava-se cada vez mais na sociedade portuguesa.

GRÁFICO Nº 6



Fonte: A. H. M. Registo estatístico comparativo entre as temáticas científicas e de humanidades com as temáticas de cariz estritamente militar «Corpos, Batalhões e Repartições» publicados nos Tomos XIV a LVI da Revista Militar de 15 de Janeiro de 1862 a 31 de Dezembro de 1904.

Situação confirmada através do Gráfico n.º 6, no qual regista 78% de artigos relacionados com as Temáticas Científicas e de Humanidades e apenas 22% de artigos de natureza militar.

3. 1905-1910

A 2ª Etapa compreende os anos entre 1905, ano da fusão dos periódicos *Revista do Exército e da Armada* e *Revista de Administração Militar* com o seu *Suplemento Portugal Militar* na *Revista Militar*, e 1910, momento de viragem na sociedade portuguesa com a queda da Monarquia Constitucional e Implantação da República Portuguesa. Esta etapa ficou marcada pela mudança da periodicidade da *Revista Militar* que passou de quinzenal a mensal.

A *Revista Militar* regista, no seu ano LVII, a fusão dos periódicos *Revista do Exército e da Armada* e *Revista de Administração Militar* com o seu *Suplemento Portugal Militar* e engloba 59 artigos: 12 «Técnicos e Científicos», 21 «Sociedade e Humanidades», 5 «Letras e Arte», 4 «Política e Administração Pública» e 17 «Corpos, Batalhões e Repartições».

Na introdução ao Tomo LVII, a *Redacção da Revista Militar* começou por reafirmar o

propósito de engrandecimento e aperfeiçoamento da Instituição Militar, reforçando a imparcialidade e isenção com que as diferentes direcções trataram o periódico. As suas páginas foram sempre eco da concórdia e subordinação, mesmo em momentos de grandes controvérsias. Apesar de muitas vezes as opiniões serem divergentes, sempre a *Revista Militar* esteve disponível para a manifestação das ideias cujo objectivo fosse o «engrandecimento do Exército e consagração da Pátria»⁶⁹.

Na temática «Técnica e Científica», registamos a novidade tecnológica através do artigo *Material de Campanha de Telegraphia sem Fios* que revela as vantagens da telegrafia sem fios (TSF) sobre a telegrafia com fios (TCF) em termos de economia de esforço de colocação e de transmissão, pois permitia que a mesma comunicação alcançasse diversos receptores em simultâneo sem ser interrompida pelo exército contrário. Revela, ainda, vantagem da sua utilização nos territórios coloniais e as novas potencialidades criadoras. Este artigo surge como meio de ligação entre o progresso científico promovido pela instituição civil em termos de utilização pela Instituição Militar⁷⁰.

O artigo *Necessidade de Criar um Observatorio* prende-se com a importância em satisfazer a navegação militar e comercial. O serviço técnico da navegação não podia prescindir de um observatório onde se estudassem os ramos da Ciência que interessavam ao complexo problema da navegação: hora oficial, regulação de cronómetros, agulhas magnéticas, magnetismo terrestre, electricidade atmosférica, meteorologia náutica, sismologia e oceanografia. O artigo reflecte sobre alguns aspectos dignos de interesse em relação a cada uma das áreas técnicas e científicas atrás referidas. Demonstra que só todos os serviços localizados num observatório e orientados de uma forma prática levariam à satisfação das exigências postas pela navegação moderna⁷¹. O Vice-Almirante **Augusto Ramos da Costa**, procurou demonstrar neste seu estudo o quanto era necessário e importante a criação de um observatório no qual estivessem reunidos todos os serviços náuticos.

O artigo *Marinha Mercante Nacional* é composto por vários conselhos sobre náutica aos navegadores da marinha mercante: a necessidade de reforma e a instrução dos oficiais de marinha mercante nacional com vista ao desempenho cabal da sua missão. Além desses conselhos, alerta para a necessidade de actualização de todas as cartas náuticas e para os livros de estudo de natureza técnica e científica que todos os navios mercantes deveriam possuir e até incentivar à sua leitura por todos os oficiais de marinha. Além das cartas, destinadas à navegação, deveria a bordo existir cartas de ventos, de correntes de diversas regiões marítimas e cartas de declinação magnética ou linhas isognitas. Os livros recomendados para a navegação eram os *almanach nautico, roteiros e taboas nauticas*⁷².

Ainda no âmbito desta temática, destacamos o artigo *Sobre Nivelamento de Precisão em Portugal* que consistia no conhecimento da configuração exacta e indispensável para a resolução dos problemas de viação, linhas-férreas, canalizações, comunicações das águas, defesa dos portos e organização dos planos de defesa do país⁷³. Estes nivelamentos foram executados com o nível Brito Limpo e com as miras suíças de Kern⁷⁴. O nível Brito Limpo teve o nome do seu inventor, o Coronel de Engenharia

Francisco António de Brito Limpo cujos notáveis trabalhos científicos mereceram a maior consideração. Das superiores qualidades que foram teórica e praticamente demonstradas, referimos apenas a principal que é a de não estarem os resultados influenciados pelas pequenas imperfeições de rectificação do instrumento⁷⁵. Este invento foi de tal forma importante e aceite pela comunidade científica nacional e internacional da época que oportunamente voltaremos a ele.

Na área da «Sociedade e Humanidades», entre outros, destacamos o artigo *As Nossas Ilhas Atlânticas e os Pontos de Apoio da Esquadra* que se revelaram de grande importância geográfica e estratégica, pois que localizadas no vastíssimo oceano, eram fundamentais em qualquer guerra marítima e terrestre europeia ou mesmo americana. O autor faz um estudo comparativo da localização geográfica das ilhas atlânticas dos arquipélagos da Madeira, Cabo Verde e Açores, demonstrando estrategicamente as vantagens e inconvenientes de cada uma delas⁷⁶.

O artigo *População Civilização* incide no estudo sobre a vasta região da Zambézia, um dos mais importantes distritos em que se divide a província de Moçambique. O autor analisa as características do solo e a população nativa que na sua opinião constituem as verdadeiras riquezas para a oferta à actividade humana, não se esquecendo do subsolo que em determinadas zonas territoriais desperta algumas expectativas de existência de jazidas de minérios em ouro. Outro aspecto que se revela de forma bastante positiva é a existência de um vasto campo para a prática da agricultura e da indústria colectivas que poderão originar um desenvolvimento em perfeita concordância com as necessidades de abastecimento dos mercados externos, não apenas pelo lado alimentar, como também pelo manufactureiro⁷⁷.

Em «Letras e Artes», relevamos as resenhas bibliográficas⁷⁸ nas quais a *Direcção da Revista Militar* publicava os títulos dos livros e periódicos com os estudos nacionais e estrangeiros mais recentes dignos de referência pelo seu carácter técnico e científico e de interesse para a Instituição Militar e para a Sociedade Civil. Ainda nesta tipologia, o artigo sobre *As Línguas Estrangeiras sob o Ponto de Vista Militar* da autoria do General de Artilharia **José Justino Teixeira Botelho** refere as orientações de alguns países acerca do estudo das línguas vivas do ponto de vista militar e algumas conclusões que serviram de norma para o itinerário a seguir pelo Exército português. Nas nossas escolas estudava-se a língua francesa pelo grande número de livros e revistas e diversidade de assuntos científicos que continham e por ser a mais falada na Europa e a inglesa por ser a dos nossos aliados, os ingleses que serviam no nosso exército e que era necessário entendê-los. Só muito mais tarde, em 1905, é que a língua alemã fez a sua aparição nas nossas escolas militares⁷⁹.

Em “Política e Administração Pública”, o artigo *Montepio Oficial* que, como instituição, tem como objectivo ajudar as famílias dos funcionários militares e civis falecidos. Questiona se essa ajuda poderá continuar segundo o regime de administração actual. Atendendo ao progresso e desenvolvimento que o Montepio Geral conhece sem o financiamento do Estado, entendeu-se alterar os estatutos do Montepio Oficial de que

beneficiavam todos os associados, sendo essa alteração o desconto individual de uma importância mensal para a compensação da sua situação de reforma⁸⁰.

No artigo *Alliança Política e Convenção Militar* o General de Divisão da Arma de Engenharia **Carlos Roma do Bocage** começa por mencionar o estado político e comercial em que se encontravam as nações europeias, Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Alemanha. De seguida expõe as novas necessidades materiais e humanas que são indispensáveis para formar os exércitos e esquadras ao melhor nível de intervenção militar. À falta de capacidade financeira de Portugal para aquisição de novos meios militares de defesa terrestre e marítima, não lhe restava outra alternativa que aliar-se à Inglaterra, continuando a sua longa tradição histórica⁸¹.

Pelo significado militar e nacionalista que as invasões francesas tiveram para o nosso país, a *Direcção da Revista Militar*, em Novembro de 1907, tomou a iniciativa da *Comemoração Centenária da Guerra da Península* com um carácter verdadeiramente nacional e sem o exclusivismo da restrição à classe militar, pois entendiam que nacional e bem do povo partira tão heróica iniciativa. Procurou a *Revista Militar*, com essa atitude levantar o espírito nacional e estimular o sentimento patriótico⁸². É nesse sentido que são enviadas numerosas circulares pelo país expondo as suas ideias e convidando todos os periódicos a fazerem representar-se por um dos seus delegados numa reunião a realizar-se no dia 27 de Maio de 1908⁸³.

O periódico *Revista Militar* compreende, no seu Tomo LXII, 62 artigos distribuídos pelas tipologias: 11 «Técnicos e Científicos», 23 «Sociedade e Humanidades», 7 «Letras e Arte», 13 «Corpos Batalhões e Repartições».

Nos artigos «Técnicos e Científicos» publicados pela *Revista Militar*, temos a relevar os artigos no campo das descobertas na área da aeronáutica e sua aplicação nas mais diversas actividades civis e militares. Debate-se a aplicação de inventos civis pela instituição militar. Em causa está a utilização das descobertas no campo da aeronáutica na melhoria das actividades de observação e reconhecimento territorial que até esse momento eram realizadas pela arma de cavalaria. Destacamos o artigo *O Emprego dos Aeroplanos na Guerra Terrestre* de autoria do General de Engenharia **Raul Augusto Esteves** que começa por estabelecer uma relação muito próxima entre a ciência que é desenvolvida pela sociedade civil, mas logo com o estímulo de ser utilizada como auxílio da instituição militar.

A aviação começou, desde logo, a ser objecto de vários estudos pela importância da sua colaboração em actividades de observação e operações de estratégia e também pelo desenvolvimento que começava a ter em países como a Alemanha, Áustria, Inglaterra, Rússia, Itália e França, onde as instituições militares se envolveram. Era notável, já, a tenacidade com que a França reivindicava a supremacia no poder militar aéreo⁸⁴.

São feitas algumas reflexões sobre problemas a solucionar quanto às características técnicas dos aeroplanos: segurança, evolução em condições atmosféricas adversas,

formas de evitar a queda em caso de avaria do motor e garantia do raio de acção vertical e horizontal. As pesquisas já feitas e as que se presumem realizáveis podem permitir um emprego satisfatório do aeroplano como agente de transmissão de ordens e participações, como serviço de exploração e como meio de transporte. O artigo termina com algumas considerações sobre o uso exclusivo dos meios aéreos pela instituição militar e com o apelo para a actualização dos conhecimentos sobre trabalhos no progresso da aviação⁸⁵.

No artigo *A Evolução do Couraçado*, o autor começou por relevar a teoria científica como base para chegar à exactidão dos seus intentos. Refere que teoria e prática terão que caminhar juntas para obter as fantásticas descobertas que caracterizaram a civilização moderna. Foi graças aos avanços das ciências exactas e aos resultados das sucessivas experiências que os engenheiros procederam às alterações nos seus projectos. Depois das experiências e lançamento dos mesmos projectos faz uma descrição pormenorizada de como deve ser constituído um navio, passando pelas suas mais diversas fases: elaboração do projecto, resistência dos materiais, lançamento da quilha no estaleiro, aos forros, aos edifícios, às máquinas e caldeiras, às couraças, enfim, desde a concepção do plano até ao navegar⁸⁶.

Na temática «Sociedade e Humanidades», o artigo *Bastão de Marechal* é uma reflexão sobre o papel da publicidade na conquista da opinião e na queda das muralhas em volta de velhas crenças ou prejuízos sociais. A evolução no campo das ciências acontece ao mesmo tempo que a evolução no estudo da vida social e na transformação que as ciências sociais sofreram. A Sociologia aumentou o seu domínio entre as sociedades com o reconhecimento da existência de leis que dirigem os fenómenos sociais⁸⁷.

Nesta área, destacamos ainda o artigo do Coronel de Infantaria **João Ortigão Peres** sobre História de Portugal, *As Linhas de Torres Vedras* que começa com uma alusão à importância das linhas de Torres Vedras na protecção e defesa da cidade de Lisboa, considerando-as o autor como um importante bastião na defesa da independência de Portugal contra as águias napoleónicas que nelas encontraram o primeiro rebatido do seu aniquilamento. De seguida descreve de forma pormenorizada o plano de Lord Wellington para evitar a tomada de Lisboa pelos exércitos napoleónicos⁸⁸.

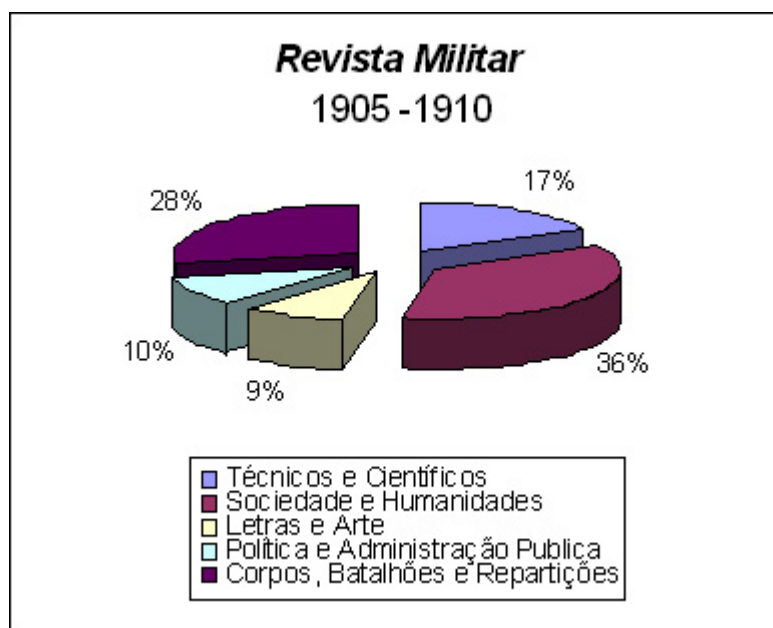
No que concerne à tipologia «Política e Administração Pública», salientamos o artigo *Congresso Nacional*. A *Revista Militar*, através de um convite veiculado pela *Liga Naval Portuguesa*, participou no *Congresso Nacional* realizado na Sociedade de Geografia de Lisboa em Maio de 1910, expondo a Tese *Situação do Exército, Males e Remédios* pelo Capitão **Fernando Augusto Freiria**⁸⁹.

A participação da *Revista Militar* resultou de uma conjugação entre as teses *Males e Remédios, Situação Internacional, Organização da Defesa Nacional*.

A transformação política ocorrida em Portugal na manhã de 5 de Outubro de 1910 foi abordada pela *Revista Militar* através do artigo *A Transformação do Regime Politico Nacional* ⁹⁰, no qual reiterou a sua estratégia jornalística de não tomar partido por

situações políticas, religiosas e pessoais, mas preocupar-se em promover a discussão e difusão dos conhecimentos técnicos científicos e literários, considerados imprescindíveis ao sucesso da Instituição Militar. De seguida, a *Revista Militar* esclarece que não se dedicou à apreciação dos factos que deram origem às transformações políticas do país, mas pela sua natureza importa esclarecer qual a atitude que se propõe tomar no novo regime.

GRÁFICO Nº 7



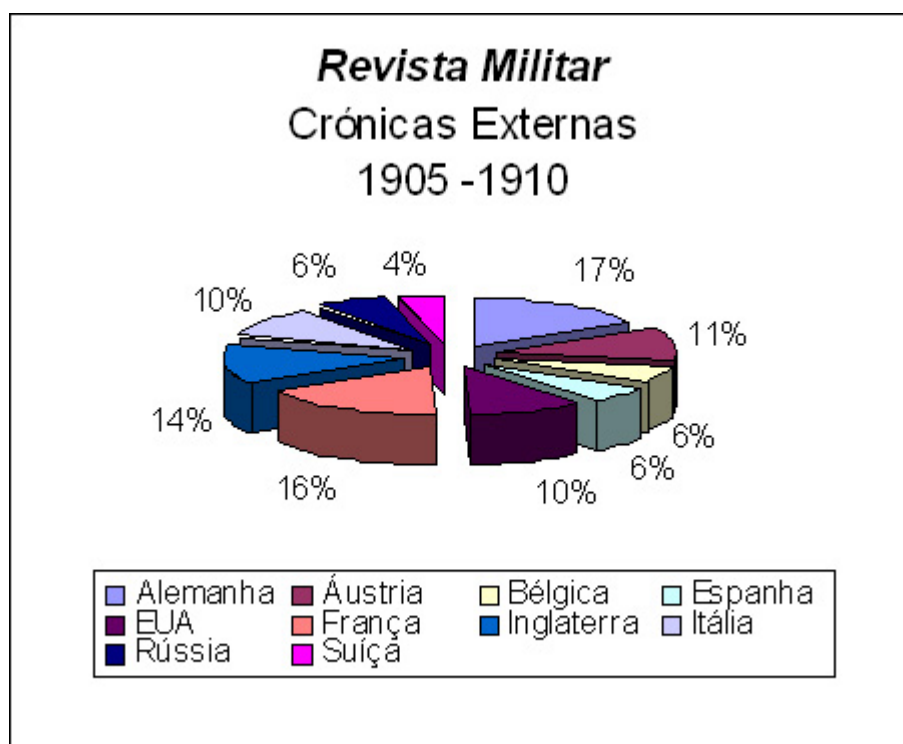
Fonte: A. H. M. Registo estatístico do número de artigos publicados nos Tomos LVII a LXII de 15 de Janeiro de 1905 a 31 de Dezembro de 1910.

Em termos percentuais, podemos constatar através do Gráfico n.º 7 que 9% dos artigos pertencem à temática «Letras e Arte», 10% à «Política e Administração Pública», 17% aos «Técnicos e Científicos» e 28% aos «Corpos, Batalhões e Repartições» e 36% «Sociedades e Humanidades». Comparando a 1ª Etapa, com os seus dois períodos, e a 2ª Etapa, verificamos que a tipologia dos artigos foi, ao longo do tempo, sofrendo alterações, pois na 1ª Etapa, 1º Período encontramos 54% dos artigos estritamente relacionados com a Instituição Militar, mas na mesma etapa, 2º Período, ocorreu um decréscimo, situando-se nos 22% e, finalmente, na 2ª Etapa fixando-se nos 28%, enquanto os artigos relacionados no seu conjunto com as outras áreas temáticas começaram por ser de 46% na 1ª Etapa 1º Período, aumentando depois para 78% no 2º Período e, finalmente, fixando-se em 72% na última Etapa.

À semelhança da etapa anterior a *Revista Militar* apresenta um conjunto de Crónicas

Externas deixando antever a importância que a sua Direcção continuou a dar ao que de mais importante se passava nos países estrangeiros. Nesta etapa destacamos a Alemanha e a França com 94 e 91 crónicas, seguindo-se depois a Inglaterra com 77, a Áustria com 64, os estados Unidos com 56, a Rússia com 36, a Espanha com 33, a Bélgica com 31 e, finalmente a Suíça com 23.

GRÁFICO Nº 8



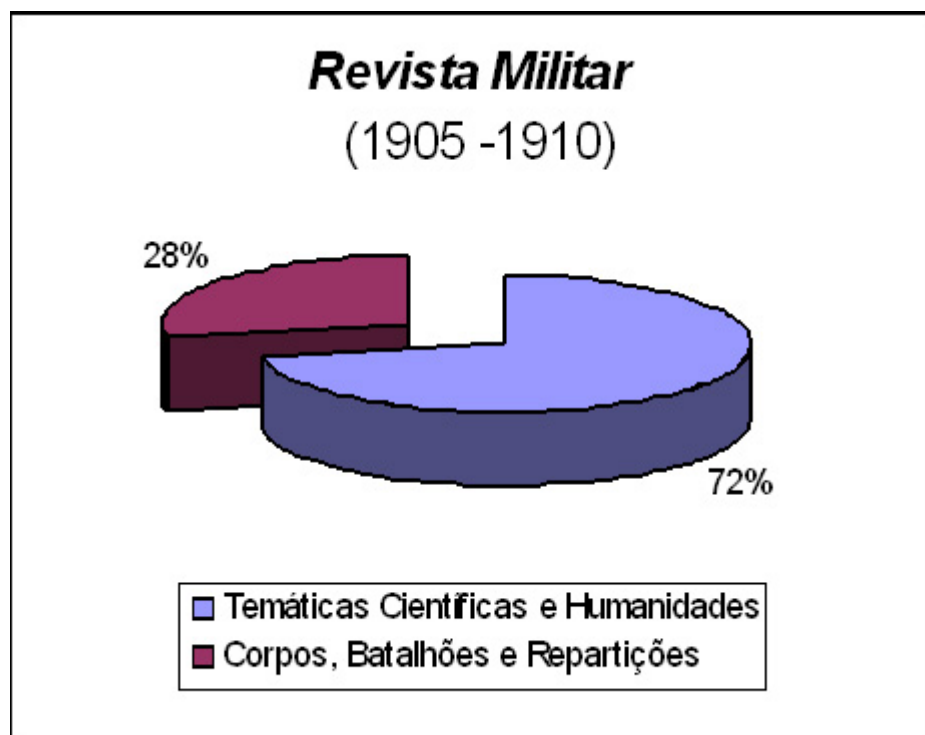
Fonte: A. H. M. Registo estatístico do número de Crónicas Externas publicadas nos Tomos LVII a LXII da *Revista Militar* de 15 de Janeiro de 1905 a 31 de Dezembro de 1910.

Em termos percentuais, verificamos através do Gráfico n.º 8 que a Alemanha e a França detêm a maior percentagem com 17% e 16%, seguindo-se-lhe a Inglaterra com 14%, a Áustria com 11% e, finalmente, a Suíça com apenas 4%.

Analisando a evolução do contributo dos países estrangeiros nas crónicas externas da *Revista Militar* verificamos que a mais elevada contribuição foi a da França com 472, seguida da Alemanha com 454, depois a Inglaterra com 332, a Áustria 245 e a Itália com 243, a Rússia com 206, os Estados Unidos com 140, e por fim, a Suíça 116 e a Bélgica com 110.

Inicialmente, a Espanha deteve, durante a 1ª Etapa a mais elevada contribuição de crónicas externas. Logo depois a Alemanha e a França passaram a ser os países principais colaboradores de crónicas externas.

GRÁFICO Nº 9



Fonte: A. H. M. Registo estatístico comparativo do número de temáticas científicas e de humanidades com as temáticas estritamente militares, «Corpos, Batalhões e Repartições» publicadas nos Tomos LVII a LXII da *Revista Militar* de 15 de Janeiro de 1905 a 31 de Dezembro de 1910.

Nesta última Etapa, analisando o gráfico 9, continua a registar-se o predomínio das temáticas científicas e de humanidades, com 72% de artigos, enquanto 28% remetem para os artigos de interesse militar ou que exclusivamente à instituição militar dizem respeito.

Conclusão

Os primeiros treze anos de vida do periódico podem ser caracterizados como um período de experiências das vias e dos processos determinados no *Contrato da Empresa da Revista Militar* em 31 de Dezembro de 1848: completamento da sua orgânica, consolidação financeira e do seu corpo redactorial.

Com o decorrer dos anos, o estilo dos artigos foi-se alterando de acordo com o movimento cultural e científico em que a *Revista Militar* estava inserida, verificando-se a utilização de uma linguagem denotativa sem ênfase, coloquial, mais rica, mais próxima do que é natural, perdendo o embelezamento do discurso encontrado nas primeiras décadas de redacção marcadas pela Escola Romântica. O autor participa do seu relato, está presente e emite a sua própria opinião seja ela de natureza técnica, científica ou

mesmo literária. Deixa de utilizar as grandes paráfrases e os eufemismos, trata os assuntos com uma linguagem clara, denotativa, objectiva e concisa. Não há recurso à adjectivação múltipla. No que refere aos artigos de cariz científico a linguagem permanece científica.

Depois da década de 70 do século XIX, os Fundadores, Redactores e Colaboradores começam a valorizar a observação directa que os conduz a uma análise minuciosa dos costumes. Observam os fenómenos de modo materialista e empírico, de maneira a poder atrair os observadores. Os artigos são diversificados: referem-se a pormenores técnicos e científicos e, igualmente, à sua aplicação na Instituição Militar e na Sociedade Civil. Os artigos técnicos e científicos desempenham um papel de instrução e alargamento de conhecimentos divulgando o que de mais recente e inovador se realizava no nosso País e nos países nossos correspondentes, nomeadamente na França, na Inglaterra e na Alemanha.

Acompanhando o movimento realista que se iniciou no nosso País por volta de 1870 com a “*Questão Coimbrã*” e as Conferências do Casino, o discurso da *Revista Militar* adquire uma autenticidade própria e uma linguagem jornalística clara, objectiva e sem embelezamento. Os autores tornam-se impessoais e a *Revista Militar* desenvolve-se numa necessidade de agir sobre a sociedade. Interessa-lhe a vida social com todos os seus rituais e actos públicos e a explicação das causas remotas dos factos observados e a crença nas leis naturais que explicam as transformações a que a sociedade estava sujeita. A *Revista Militar* adopta uma postura de análise de tipos e situações carenciadas de reformas, na medida em que os seus Fundadores, Redactores e Colaboradores procuraram relacionar os seus artigos com a veracidade da notícia que pretendem transmitir. Encontramos uma forma empenhada de intervir na sociedade e contribuir para o progresso da civilização. Os artigos de reflexão estampam a comparação entre os grandes clássicos e os momentos românticos, a linguagem das primeiras décadas está de acordo com os ideais e formas de literatura que se viviam na época do Romantismo.

A *Revista Militar* que, inicialmente, teve como fim a Instituição Militar, à medida que avança no tempo começa a deixar de galvanizar-se exclusivamente com o discurso puramente militar, e a dirigir-se a um público leitor mais alargado, afirmando a alteração que começou a ocorrer a partir de 1862 e que culminaria em 1910.

Quem percorrer os 62 tomos, lá encontrará todos os factos que interessavam à vida do País, mesmo os de grande melindre em momentos de grande agitação política, salientando-se a busca da objectividade científica.

A *Revista Militar* também acompanhou o desenvolvimento dos acontecimentos coloniais que desde 1822 começaram a desenrolar-se e que alcançariam o seu auge entre 1872 e 1890, acentuando-se depois nas conferências de Bruxelas e de Berlim.

Estes artigos, publicados ao longo das diversas páginas deste tão antigo periódico, onde sucessivas gerações de diferentes oficiais da Marinha e do Exército dedicados a difundir os seus estudos através da imprensa assinalaram a sua passagem com um traço

fulgurante em prol do Progresso da Instituição Militar e do País com legitimidade na Ciência e na Técnica aplicadas à Sociedade.

* Sargento-Ajudante Pára-queda. Licenciado em História (ensino de), professor do Ensino Secundário e Mestre em Estudos Históricos Europeus pela Universidade de Évora. Prepara doutoramento no âmbito da História da Imprensa Científica Especializada e Ciência da Comunicação pela Universidade de Évora e Universidade Nova de Lisboa. Membro convidado da equipa de investigadores da Universidade de Évora num projecto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. **Espaços de Ciência e Construção de «Memória». De Lisboa ao Alem Tejo. Práticas Culturais de uma Comunidade Científica (Portugal séculos XVIII-XX)**. Faz parte do Centro de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora no qual desenvolve projectos de investigação. É Membro de algumas agremiações científicas e culturais: *Sociedade de Geografia de Lisboa* e *Sociedade Histórica da Independência de Portugal*. Desempenha funções na *Comissão Portuguesa de História Militar*.

1 Cfr., Jean Dhombres, “La gloire de la science: culture et poésie vers 1800”, *Revue d’histoire moderne et contemporaine*, 1992, n.º 39, p. 551-574.; Joaquín Alvarez Barrientos, “El hombre de letras español en el siglo XVIII”, in *Actas del Congreso Internacional sobre Carlos III Y la Ilustración*, Madrid, Ministério de Cultura, vol. III, p. 417-426. Henri Béhart, “La poésie-connaissance”, in *Poesia da Ciência. Ciência da Poesia*, Lisboa, ed. Ercher, p. 59-76. 1991.

2 Cfr., GUSDORF, Georges, *De l’histoire dès sciences à l’histoire de la pensée*, Paris, Payot, 1977.

3 António Maria de Fontes Pereira de Mello, “Introdução”, *RM*, Tomo I, 1849, n.º 1, p. 5.
4 *Idem*, p. 6.

5 “De Algumas Revistas”, *RM*, vol. 100, 1849, n.º 12, p. 828.

6 “O conhecimento exacto do terreno em que deve manobrar um exercito, é indispensável ao general que o commanda; e são os officiaes de engenheiros e estado-maior que, segundo as mais modernas organizações militares preparam as plantas topographicas, descendo desde as mais altas considerações geodesicas até aos trabalhos praticos de campo; são ainda os engenheiros que, conforme os principios geometricos applicados, levantam as fortificações, as defendem, (...). Aplicam a machanica á construção das obobedas (...). A physica ensina-lhes as propriedades dos corpos que, se empregam nas construcções e machinas; a chymica allumia-os na analyse dos solidos e fluidos (...). O conhecimento da mineralogia é util nas fundições; o da botanica nas obras de construcção _ todas estas sciencias se prendem mutuamente, e todas interessam (...)”.

António Maria de Fontes Pereira de Mello, “Introdução”, *RM*, Tomo I, 1849, n.º 1, p. 12.

7 “Não se conhecem hoje sciencias completamente independentes: as idéas são concatenadas por tal fórma, que todos os conhecimentos humanos se prestam reciprocamente um auxilio mutuo, e efficaz; por mais remotos; que parencam entre si

dous ramos de saber diversos, lá se póde estabelecer a corrente successiva das idéas, com que se ligam e se abraçam finalmente. É porque a sciencia é uma só, mas a intelligencia humana é muito limitada para a abranger e estudar complexamente. Formaram-se grupos de idéas connexas, e brotaram innumeros ramos d'esta immensa arvore do bem e do mal, mas todos ligados ao tronco, mais ou menos remotamente. A arvore é dominio da especie, em quanto que a mais robusta intelligencia de homem mal póde abranger um só ramo. Não ha superioridade entre elles todos são filhos da mesma mãe, e vegetam alimentados pela mesma seve". *Idem*, p. 7.

8 *Idem*, p. 5.

9 *Idem*, p. 6.

10 Cfr., M. "Base Geodesica - Medida nas Proximidades de Bonn", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 6, p. 356-361.

11 José Maria das Neves Costa, "Topographia - Ensaios sobre a Theoria do Relevo dos Terreno", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 1, p. 47-53; n.º 2, p. 65-73; n.º 7, p. 396-403; n.º 8, p. 451-459; n.º 10, p. 582-590; n.º 11, p. 613-621 e Tomo II, 1850, n.º 1, p. 9-16; n.º 7, p. 311-318; n.º 9, p. 409-416; n.º 10, p. 455-662; Tomo III, 1851, n.º 1, p. 11-16.

12 As Aulas Regimentais surgiram em primeiro lugar na Escócia, tendo sido divulgadas em 1815 pelo Duque de York a todos os regimentos militares. Veja-se João Carlos da Silva, "Escolas Regimentais", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 4, p. 226-229; n.º 5, p. 291-297. Em Portugal as Escolas de Primeiras Letras ou Aulas Regimentais foram criadas em todos os corpos do Exército em 1816 e foram frequentadas por militares, filhos de militares e paisanos. SEIXAS, 1993: p. 191-218.

13 Cfr., Schaumbourg-Lippe, "Memoria sobre a Campanha de 1762", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 3, p. 182-187; n.º 7, p. 427-432; n.º 9, p. 536-545; n.º 12, p. 701-710.

14 Cfr., Redacção, "Bibliographia", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 1, p. 54-56; n.º 2, p. 113-114; n.º 3, p. 191-192; n.º 4, p. 253; n.º 5, p. 311, n.º 6, p. 379-380; n.º 7, p. 440-441; n.º 11, p. 656-658.

15 Para além de todos esses inventos, foi nomeado superintendente das ferrarias de Tomar e de Figueiró e do engenho da Foz d'Alge e ainda de todas as minas de carvão de pedra do reino. António Florencio de Sousa Pinto, "Necrologia - Bartholomeu da Costa", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 4, p. 230-235.

16 António Xavier Palmeirim, "Reflexões Sobre o Emprego de Officiaes nos Cargos Civís", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 2, p. 108-112.

17 Empreza da Revista Militar, "Introdução ao Presente Numero", *RM*, Tomo I, 1849, n.º 12, p. 670.

18 *Idem*, p. 669-670.

19 Empreza da Revista Militar, "Introdução", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 1, p. 6.

20 Francisco Maria Pereira da Silva terá nascido em Lisboa por volta do ano de 1813, foi chefe da Secção Hidrográfica da Comissão responsável pelos trabalhos geodésicos do Reino e outras comissões de serviço marítimo. Capitão-Tenente da Armada e Engenheiro Hidrográfico. Concluiu o curso da *Academia Real da Marinha* em 1832. Silva, 1859, II: p. 465. *Idem*, 1859, IX: 338.

21 Caetano Maria Batalha nasceu em Lisboa no ano de 1810 e aí faleceu em 1881. Foi engenheiro hidrógrafo e Contra-Almirante na Marinha. Frequentou o Colégio dos Nobres e Academia de Marinha. Fez parte da *Comissão dos Trabalhos Geodésicos do Reino* em 1836 e organizou os trabalhos corográficos do Reino em 1856.

22 Veja-se Francisco Maria Pereira da Silva; Caetano Maria Batalha, "Hydrographia", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 6, p. 261-276.

23 António Gomes do Valle nasceu em Lisboa a 16 de Novembro de 1819, cirurgião médico pela Escola de Lisboa e cirurgião do Exército, Membro da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa. Publicou vários estudos sobre diferentes aspectos da medicina prática. Além disso, colaborou no *Cosmorama Litterario*, no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa* e no *Jornal dos Facultativos Militares* entre outros. Faleceu no Porto a 9 de Julho de 1869.

24 Cfr., António Gomes do Valle, "Hygiene Publica - Considerações sobre a Ophtalmia que tem Grassado em Differentes Corpos do nosso Exercito, e Particularmente no Regimento de Granadeiros da Rainha", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 2, p. 96-103.

25 Francisco Xavier Lopes, "Apontamentos para a História e Descrição das Fortalezas que Defendem a Cidade de S. Paulo da Assumpção de Loanda - Escripto em 1846", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 2, p. 83-95.

26 Gregório Nasiazeno do Rego, nasceu a 9 de Maio de 1818 e faleceu a 22 de Novembro de 1850. Engenheiro de Marinha e lente da Escola Polytechnica e Naval. António Ladislau da Costa Camarate, "Gregório Nasiazeno", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 12, p. 575-577.

27 *Idem*, "Tres Dias Depois de Um Combate", *RM*, Tomo, II, 1850, n.º 1, p. 36.

28 António José da Silva Leão, primeiro Barão de Almofalla, nasceu em Aveiro a 17 de Fevereiro de 1793. Foi um dos grandes defensores da Liberdade, participou em várias lutas militares, nomeadamente, na contra-revolução, ao lado do Marechal Saldanha. Dos vários cargos desempenhados ao longo da sua vida relevamos os de Ministro e Secretário de Estado Honorário do Reino, Membro do Supremo Conselho de Justiça e Governador da Praça de Elvas, local onde viria a falecer a 22 de Junho de 1850. Redacção, "Barão de Almofalla, (António José da Silva Leão), brigadeiro dos Reaes Exercitos", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 7 p. 343-346.

29 *La Revista Militar Española* é um periódico técnico, científico, literário e artístico, tinha publicação quinzenal e era considerado um dos melhores periódicos militares da Europa. A *Revista Militar* mantinha cordiais contactos com a sua congénere, nomeadamente com o seu Presidente de Direcção, Brigadeiro D. Eduardo Fernandez San Roman cujos conselhos sinceros e amigáveis não deixou de seguir. *RM*, Tomo I, 1849, n. 3, p. 191-192.

30 Por um oficial general do Exército espanhol, "Serão os Exércitos Permanentes Incompatíveis com a Liberdade Civil e Politica?", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 5, p. 242-248.

31 Redacção, "O Ultra Liberalismo, os Exércitos e a Sociedade", *RM*, Tomo II, 1850, n.º 9, p.433-439.

32 Luiz Augusto Pimentel, "Portugal e o Século Presente", *RM*, Tomo XIII, 1861, n.º 1, p. 3-7.

33 António José da Cunha Salgado, "Opinião sobre a Organização de uma Grande Coudelaria nas Lezírias do Riba-Tejo", *RM*, Tomo XIII, 1861, n.º 22, p. 705-709.

34 António Florêncio de Sousa Pinto, "Novas do Mundo", *RM*, Tomo XIII, 1861, n.º 18, p. 605.

35 "a Hespanha finalmente, que reputa este solo como seu, tem manifestado claramente a idéa da nossa anexação à monarchia hespanhola, servindo-se para esse fim do jornalismo, como primeira arma que emprega para conseguir o exterminio de um povo

que tem dado heroes ao Universo inteiro". Joaquim Augusto Quintino de Sá Camello, "Um Brado a Favor da Pátria", *RM*, Tomo XIII, 1861, n.º 18, p. 599-603.

36 D. Carlos de Mascarenhas era filho de D. João de Mascarenhas Barreto e neto da conhecida poetisa portuguesa Alcipe, Condessa de Oyenhausen, Marquesa d'Alorna. Nasceu em 1804 em Lisboa e alistou-se no Exército em 27 de Maio de 1821 com 17 anos de idade. Foi um Grande defensor da liberdade e combateu ao lado dos marechais Duque de Saldanha e Duque da Terceira. Faleceu em Lisboa a 3 de Maio de 1861 com 57 anos de idade. Para um estudo mais aprofundado veja-se António Florêncio de Sousa Pinto, "Necrologia", *RM*, Tomo XIII, 1861, n.º 13, p. 396-405. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 496.

37 Manoel Alves dos Santos, "O Exercito e a Liberdade", *RM*, Tomo XIII, 1861, n.º 9, p. 271.

38 *Idem, Ibidem.*

39 *Idem, Ibidem.*

40 A *Revista Militar* logo no seu primeiro ano de edição começou a publicar Crónicas Externas referentes a pequenas notícias ocorridas em alguns países estrangeiros: organização dos exércitos, conflitos internacionais, expedições, manobras militares, nomeação de ministros da guerra e inventos científicos. Foi ainda durante esta etapa que a publicação das crónicas externas foi interrompida entre os anos de 1853 e 1857 o que poderá estar relacionado com o avultado número de artigos dos seus colaboradores a publicar.

41 Carlos Barcellos Machado, "Idea de um Novo Systema para Atravessar as Montanhas com Caminhos de Ferro", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 15, p. 455-456.

42 Francisco António Ciera, nasceu em data e local desconhecidos, faleceu presumivelmente entre 1814 e 1817. Doutor em Matemática, Lente da Cadeira de Astronomia e Navegação na antiga *Academia Real da Marinha* e sócio da *Academia Real das Ciências de Lisboa*.

Publicou várias obras relativas à sua área de investigação. Silva, 1859, II: p. 327-328; *Idem*, 1870, IX: 253.

43 Carlos Frederico Bernardo de Caula nasceu em Elvas a 1 de Abril de 1766. Desempenhou ainda as funções de engenheiro militar, governador da Praça de Elvas, Conselheiro de Estado, Comandante Geral de Engenharia do Reino em 1826 e conselheiro no Supremo Conselho de Justiça Militar. Viria a falecer a 21 de Setembro de 1835. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 46.

44 Pedro Folque nasceu em Stays a 30 de Abril de 1774. Frequentou a *Academia de Marinha* e concluiu o curso da *Academia de Fortificação Artilharia e Desenho*. Foi Lente da Academia de Marinha e Comandante Geral da Engenharia do Reino, vindo a falecer em 1848.

45 Redacção, "Noticia sobre os Trabalhos Geodesicos do Reino", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 21, p. 563. Cfr. NUNES: 1988.

46 João Pires da Matta Pacheco nasceu em Mafra em 1812, foi bacharel formado em Medicina pela Universidade de Salamanca, Cirurgião Médico pela Escola de Lisboa, Cirurgião da Brigada do Exército, Secretário e Presidente da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa e sócio correspondente da Academia de Medicina de Cadiz e das Económicas Salmantina e de Leão. Morreu em Cabeço de Vide em 1868. Silva, 1860, IV: p. 24; *Idem*, 1883, X: p. 336.

- 47 António Gomes do Valle, "Campo de Instrução em Vendas Novas - Informação a Respeito da Hygiene do Campo das Vendas Novas", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 23, p. 612.
- 48 António José Monteiro Seixas era filho de Manuel Gerardo de Seixas e de D. Francisca Gertrudes Nossa Senhora do Livramento, nasceu a 4 de Julho de 1814 em Lisboa. Formado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, faleceu a 2 de Março de 1896. Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 1283.
- 49 António Gomes do Valle, "Campo de Instrução em Vendas Novas - Informação a Respeito da Hygiene do Campo das Vendas Novas", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 23, p. 609-614.
- 50 As doenças mais comuns nos solípedes eram os espasmos ou encefalites sintomáticas, diarreias, cólicas, indigestões violentas ou bradipepsias, mormo e lamparões. Para um estudo mais aprofundado veja-se Francisco Maria de Carvalho, "Hygiene Veterinária - Abusos D'alguns dos seus Principios nos Corpos de Cavalaria, e Reflexões acerca destes Abusos", *RM*, Tomo XIV, 1861, n.º 17, p. 478.
- 51 Redacção, "Dos Movimentos do Exercito Alliado em Hespanha", *RM*, Tomo XII, 1860, n.º 19, p. 628-630, n.º 20, p. 696-702, Redacção, "Dos Movimentos do Exercito Alliado em Hespanha", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 2, p. 57-61, n.º 4, p. 108-111.
- 52 Cfr., *Idem*, 2000: p. 1-24.
- 53 António de Mello Breyner, "Considerações Historicas sobre a Utilidade das Praças de Guerra e sua Aplicação às Defesas de Lisboa", *RM*, Tomo XIV, 1862, n.º 9, p. 233-239.
- 54 "*Não queremos de Castela senão amizade, respeito recíproco, acordo de interesses e menos zelo pelos nossos destinos. Separados quasi no berço vivemos com glória, unidos pela força agonizamos. Somos irmãos - mas irmãos independentes, com existência e individualidade própria*". António Florêncio de Sousa Pinto, "Questão do Dia", *RM*, Tomo XXI, 1869, n.º 17, p. 322-323. Porém, o problema do iberismo era ainda apresentado de outra forma, na medida em que "*não é provável, que, para conseguir a tão decantada união ibérica, a Espanha intente a conquista de Portugal - conquista, que seria uma calamidade para os dois povos*". José Joaquim Namorado, "Memoria sobre fortificações em geral e particularmente das da cidade do Porto" *RM*, Tomo XXIII, 1871, n.º 3, p. 57. As posições quanto ao iberismo extremam-se: "*infelizmente a nação que se deixa dominar por estranhos, os quais lhe sugam a substância, e deprimem o nome. O que seria com a união ibérica, se por fatalidade se realizasse!*". F. P. Celestino Soares, "Guerra Peninsular - a Soberba Inglesa", *RM*, Tomo XXI, 1869, n.º 10, p. 154.
- 55 "*O iberismo de alguns espanhóis pode comparar-se á mania de alguns doentes, que tendo esgotado todos os recursos da ciência, acabam por não acreditar senão no elixir dos charlatães. A união ibérica é o elixir que uma parte dos espanhóis se receita como o específico para curar a enfermidade da pátria*". António Mello Breyner, "Portugal em 1872", *RM*, Tomo XXV, 1873, n.º 6, p. 153.
- 56 Cfr., António Florêncio de Sousa Pinto, "O Ano Novo de 1873", *RM*, Tomo XXV, 1873, n.º 15, p. 5-6.
- 57 Cfr., Conde de Bonfim, "A Pena de Morte", *RM*, Tomo XXVIII, 1876, n.º 10, p. 190.
- 58 Cfr., *Idem*, p. 191.
- 59 Cfr., *Idem*, p. 193.
- 60 A. M. de Campos Junior, *Discurso Proferido no Sarau em que o Gremio Recreativo de Leiria Solemnizou o Tricentenario de Camões*, Leiria, 1880.
- 61 José Estêvão de Moraes Sarmiento referindo-se a Campos Junior explicita: "*um*

modesto 1.º sargento do batalhão de caçadores n.º 6, que dedica ao estudo as horas que outros malbaratam ociosamente. Tanto basta para merecer a sympathia de quantos présam o trabalho honesto e assiduo. Embora a materia do opusculo não seja d'aquellas que por sua natureza tem acolhida n'este jornal, folgamos de ter occasião de dispensar uma phrase de incitamento a quem tão zelosamente busca illustrar o seu espirito e honrar a farda que veste". José Estêvão de Moraes Sarmiento, "Discurso Proferido no Sarau em que o Grémio Recreativo de Leiria Solemnisou o Tricentenario da Morte de Camões", *RM*, Tomo XXXII, 1880, n.º 16, p. 509.

62 Luiz de Camões. *Sonetos*, 1 vol., Porto, Edição Especial do Gabinete Portuguez de Leitura de Pernambuco para Commemorar o Terceiro Centenario do Grande Épico em 10 de Junho, 1880.

63 " (...) *Que lembrança mais delicada se poderia suggerir, em que marco mais rendilhado e elegante inscreveriam os nossos compatriotas d'além mar o seu tributo de respeito pela memória de camões? (...) a elles um brado de enthusiasmo e reconhecimento atravez do oceano".* José Estêvão de Moraes Sarmiento, "Discurso Proferido no Sarau em que o Grémio recreativo de Leiria", *RM*, Tomo XXXII, 1880, n.º 16, p. 509.

64 A Conferência de Berlim, (1884-1885) trouxe três grandes conseqüências para Portugal: retira a Portugal o controlo sobre a foz do Congo, deixando apenas um pequeno enclave em Cabinda; rejeita o direito histórico como critério de ocupação do território e estabelece o princípio de livre navegação dos rios internacionais, o que afecta não apenas o Congo como o Zambeze e o Novune na zona litoral portuguesa; confirma internacionalmente a França e a Alemanha como potências coloniais e possibilita um sistema de alianças alternativo à Inglaterra em África.

65 " (...) *desde o projecto do Mapa Cor-de-rosa e, fundamentalmente, do Ultimato inglês de 1890 que o imaginário político português se revelava fortemente investido pelo sonho de um império colonial. Ora, é este sonho, colectivo e profundo, que se desenvolvem as ameaças reais e sucessivas de desmembramento e partilha do império colonial português, por parte das grandes potências europeias. E é, precisamente, a consciência dessas mesmas ameaças, quer por parte das elites políticas, que lhe conheciam os pormenores diplomáticos, quer por parte da opinião pública, particularmente sensível a esta questão, que radica a força do consenso e o porquê da questão colonial em Portugal".* TEIXEIRA, 1996: p.113.

66 A. Ilharco, "O novo arreo m/1903", *RM*, 1904, n. 6, p. 166-173; n.º 7, p. 202-210.

67 José Estêvão de Moraes Sarmiento, "Fernando da Costa Maya" *RM*, 1904, n.º 23, p. 705-710.

68 Para Portugal era indiferente ser a Rússia a exercer o protectorado na Manchúria e o Japão na Coreia, ou vice-versa, desde que o assunto fosse resolvido pacificamente. Mas como o Japão tinha um tratado de aliança com a Inglaterra, esta em caso de conflito declarado estava ao lado do Japão e contra os Russos. A Inglaterra entraria na guerra e face ao tratado de aliança com Portugal arrastá-lo-ia também para o conflito. Cfr., José Estêvão de Moraes Sarmiento, "Nuvens no Horisonte", *RM*, 1904, n.º 1, p. 5-11.

69 Cfr., Redacção, "Pro Patria", *RM*, 1905, n.º 1, p. 5.

70 J. Mascarenhas, "Material de Campanha de Telegraphia sem Fios", *RM*, 1905, n.º 2, p. 121-127.

71 Augusto Ramos da Costa, "A Necessidade de Crear um Observatorio", *RM*, 1905, n.º

6, p. 285-291.

72 Cfr., Manuel Muda, "Marinha Mercante Nacional", *RM*, 1905, n.º 6, p. 481-488.

73 Marquez d'Ávila e de Bolama, "Sobre Nivelamento de Precisão em Portugal", *RM*, 1905, n.º 7, p. 521.

74 *Idem, Ibidem.*

75 Marquez d'Ávila e de Bolama, "Sobre Nivelamento de Precisão em Portugal", *RM*, 1905, n.º 7, p. 522.

76 Joaquim Anselmo da Matta Oliveira, "As Ilhas Atlanticas e os Pontos de Apoio da Esquadra", *RM*, 1905, n.º 8, p. 651-665.

77 José Dionísio Carneiro de Sousa e Faro, "Zambezia - População e Civilização", *RM*, 1905, n.º 3, p. 199-205.

78 Redacção, "Bibliographia", *RM*, Anno LII, 1905, n.º p. 171-176; n.º 3, p. 267-272; n.º 5, p. 343-351; n.º 6, p. 429-436.

79 Cfr., Teixeira Botelho, "As Línguas Estrangeiras sob o Ponto de Vista Militar", *RM*, Anno LII, 1905, n.º 5, p. 382-395.

80 Cfr., Carlos Augusto d'Amorim, "Montepio Official", *RM*, Anno LII, 1905, n.º 3, p. 216-220.

81 Cfr., Carlos Roma do Bocage, "Alliança Politica e Convenção Militar", *RM*, Anno LII, 1905, n.º 5, p. 353-361.

82 " (...) *Afigura-se, porém, á direcção da mesma Revista que a commemoração de tal facto não deve ficar unicamente no exclusivo de uma classe da nação, antes deve englobar os votos e a acção commum de todos os elementos do paiz, tanto mais que aquella lucta revestiu exactamente um character grandiosamente nacional. Ora sendo a imprensa o elemento mais poderoso para divulgar os factos patrioticos a commemorar, e para orientar a opinião publica no sentido de fazer vibrar novamente o espirito nacional por todo o paiz (...)*", Direcção da Revista Militar, "Commemoração Centenaria da Guerra da Peninsula", *RM*, Anno LX, 1908, n.º 6, p. 357.

83 A propósito de tal iniciativa o *Diário de Notícias* de 28 de Maio de 1908 escrevia: "A convite da redacção da Revista Militar realizou-se hontem pelas 9 horas da noite, nas salas d'este nosso colega, uma reunião em que se fizeram representar a maior parte dos jornaes de Lisboa e muitos da provincia. Assistiram tambem grande numero de officiaes do exercito, das diversas armas, e de marinha". Cfr. José Estevão de Moraes Sarmiento, "Commemoração Centenária da Guerra da Peninsula", *RM*, Anno LX, 1908, p. 353-361.

84 Raul Augusto Esteves, "O Emprego dos Aeroplanos na Guerra Terrestre", *RM*, Anno LXII, 1910, n.º 3, p. 179.

85 *Idem*, p. 179-191.

86 Mariano Silva, "A Evolução do Couraçado", *RM*, Anno LXII, 1910, n.º 8, p. 597-607.

87 José Estevão de Moraes Sarmiento, "O Bastão de Marechal", *RM*, 1910, n.º 4, p. 241-149.

88 Ortigão Peres, "As linhas de Torres Vedras", *RM*, 1910, n.º 9, p. 722-738.

89 Fernando Augusto Freiria nasceu em Lisboa a 12 de Janeiro de 1877. Como representante da Escola de Guerra em 1913 efectuou uma viagem à Itália e à França para estudar a organização e funcionamento das escolas daqueles países. Foi lente e director em diversos estabelecimentos de ensino militar e civil entre 1912 e 1920, Ministro da Guerra por duas vezes, em 1921 e 1922. Fez parte do Congresso Republicano, eleito por Viana do Castelo. Depois de uma grande actividade política e

militar viria a falecer a 13 de Abril de 1955. *Arquivo Histórico Militar*, 3ª Divisão, 7ª Secção, Caixa 715.

90 Direcção, "A Transformação do Regime Político Nacional", *RM*, Anno LXII, 1910, n.º 11, p. 871-875.